



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

ESCOLA DE MINAS

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMOS



MARIANA MATIAS DE SOUZA CRUZ

O PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

EM BELO HORIZONTE: ANÁLISE DA RUA SAPUCAÍ

OURO PRETO

2018

MARIANA MATIAS DE SOUZA CRUZ

**O PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM
BELO HORIZONTE: ANÁLISE DA RUA SAPUCAÍ**

Trabalho Final de Graduação (2ª Etapa)
apresentado ao Curso de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal de Ouro
Preto, como requisito parcial para a obtenção do
grau de Bacharel(a) em Arquitetura e
Urbanismo.

Orientador(a): Prof. Giselle Mascarenhas

OURO PRETO

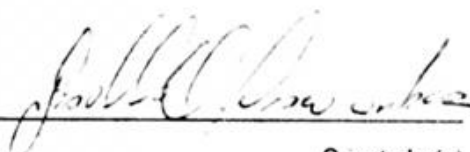
2018



ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 17 de Dezembro de 2018, reuniu-se a banca examinadora do trabalho apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso Arquitetura e Urbanismo da Escola de Minas da UFOP, intitulado **O PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM BELO HORIZONTE: ANÁLISE DA RUA SAPUCAÍ**, do aluno(a) **MARIANA MATIAS DE SOUZA CRUZ**.

Compuseram a banca os professores(as) **GISELE DE OLIVEIRA MASCARENHAS** (Orientadora), **MAURICIO LEONARD DE SOUZA** (Avaliador 1) e **IVANA AMORIM** (Avaliador 2). Após a exposição oral, o(a) candidato(a) foi argüido(a) pelos componentes da banca que reuniram-se reservadamente, e decidiram, APROVAR, com a nota 7,5.


Orientador(a)


Avaliadora(a) 1


Avaliador(a) 2

AGRADECIMENTOS

Certamente estes parágrafos não irão atender a todas as pessoas que fizeram parte dessa importante fase de minha vida. Portanto, desde já peço desculpas àquelas que não estão presentes entre essas palavras, mas elas podem estar certas que fazem parte do meu pensamento e de minha gratidão.

Agradeço a minha orientadora Prof. Giselle Mascarenhas, pela paciência, dedicação e ensinamentos que possibilitaram que eu realizasse este trabalho.

Aos professores do DEARQ por todo conhecimento transmitido.

Aos meus colegas da arquitetura, em especial os *arqui12doido* por todas as horas de estudo e diversão.

As Chamosas por sempre me ajudaram em todos os momentos, em especial a *Play* por ser tão presente durante todo o processo desse trabalho.

Gostaria de deixar registrado também, o meu reconhecimento à minha família, pois acredito que sem o apoio deles seria muito difícil vencer esse desafio.

Enfim, a todos os que por algum motivo contribuíram para a realização desta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho pretende entender as novas formas de uso e ocupação desenvolvidas nos últimos seis anos na Rua Sapucaí em Belo Horizonte- MG, atualmente considerada uma nova zona boêmia da cidade a partir do surgimento de novos bares e restaurantes. Este trabalho faz uma análise da Região da Praça da Estação em BH, entendendo suas dinâmicas socioespaciais e como elas afetaram e influenciaram as mudanças que vem acontecendo na Rua Sapucaí nos últimos seis anos. Destacando os processos de financeirização do espaço através dos eventos que acontecem na Rua Sapucaí e na como esses estabelecimentos tem influenciado nas mudanças das dinâmicas na via.

Palavras chave: Gentrificação; Projeto Corredor Cultural; Baixo Centro de BH; Rua Sapucaí; Financeirização; Eventos;

ABSTRACT

The last forms of use and occupancy in the last six years on Rua Sapucaí in Belo Horizonte, MG, have as scenery a new area of the city from the appearance of new bars and restaurants. This work analyzes the influence of the region in BH, inserting its socioeconomic and pressure repercussions as changes occurring in Sapucaí street in the last six years. The promotion of the financialization process of the events has been influenced by the changes in the dynamics in the street.

Keywords: Gentrification; Cultural Corridor Project; Low Center of BH; Sapucaí Street; Financialization; Events;

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Região do Baixo Centro de BH.....	10
Figura 2: Mapa da região da Praça da Estação - BH.....	11
Figura 3: Diferença altimétrica entre a Praça da Estação e a Rua Sapucaí.....	13
Figura 4: Plano geral da cidade de Belo Horizonte (Comissão Construtora).....	22
Figura 5: Projeto da OUC Nova BH.....	26
Figura 6: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação.....	30
Figura 7: Mapa de Equipamentos.....	31
Figura 8 - Centro Cultural da UFMG.....	32
Figura 9 - Centro de Referência da Juventude (CRJ).....	33
Figura 10: Serraria Souza Pinto.....	34
Figura 11: Museu Arte e Ofício (MAO).....	35
Figura 12: Praça da Estação.....	36
Figura 13: Casa do Conde de Santa Marinha (FUNARTE).....	37
Figura 14: Centro Cultural 104.....	37
Figura 15: Projeto Corredor Cultural da Praça da Estação.....	38
Figura 16: Esquema do Projeto Corredor Cultural Praça da Estação tal como apresentado pelos arquitetos responsáveis.....	41
Figura 17: Duelo de MC's.....	43
Figura 18: Bar Nelson Bordello.....	44
Figura 19: Praia da Estação.....	46
Figura 20: Carnaval de BH.....	47
Figura 21: Mapa de uso e ocupação da Rua Sapucaí.....	53
Figura 22: Linha do tempo - Rua Sapucaí.....	57
Figura 23: Festa do Porco 2016.....	58
Figura 24: Pic Nic da Benfs.....	59

SUMÁRIO

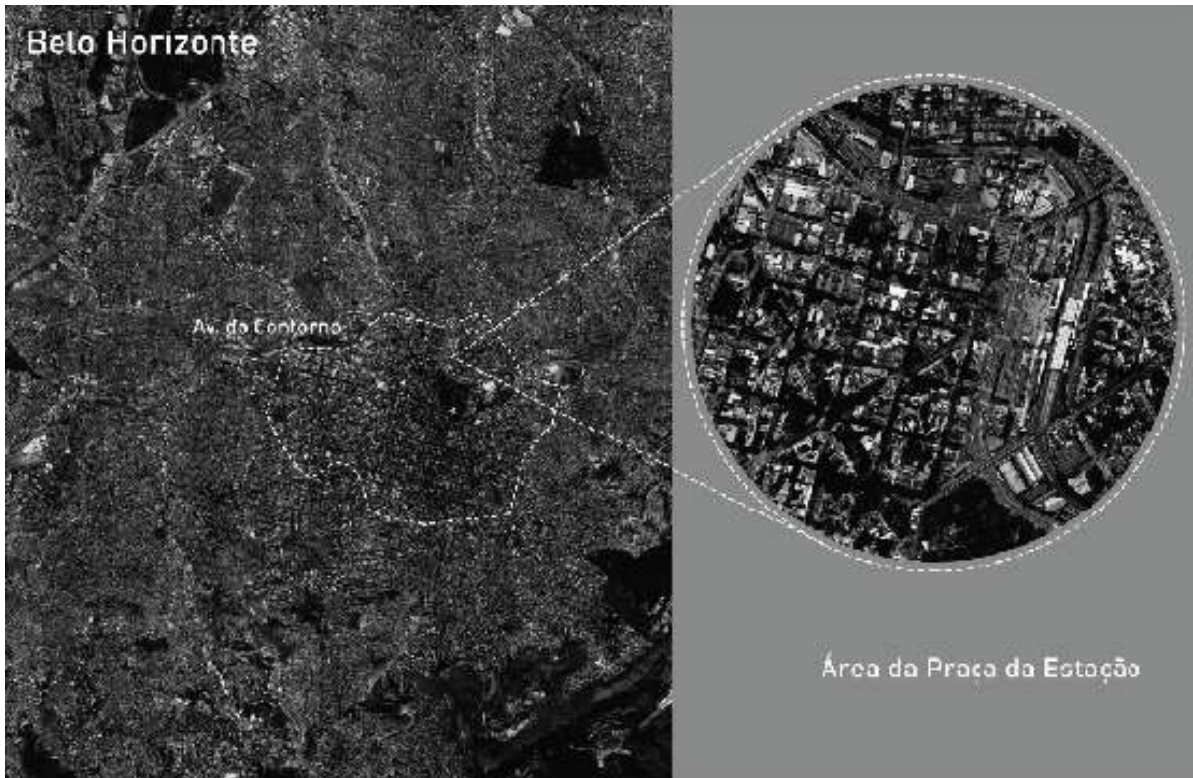
AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	5
ABSTRACT.....	6
LISTA DE IMAGENS.....	7
1. INTRODUÇÃO	9
2. DINÂMICAS SÓCIO ESPACIAIS	15
2.1. Políticas Urbanas Neoliberais.....	15
2.2. Gentrificação	16
2.3. Especulação Imobiliária.....	18
2.4. Financeirização do espaço urbano	19
2.5. Requalificação, Reocupação, Revitalização e Reabilitação	20
3. AS DINÂMICAS SÓCIO ESPACIAIS NA REGIÃO CENTRAL DE BH.....	22
3.1. Breve histórico.....	23
3.2. Operação Urbana Consorciada.....	24
3.3. Projeto Nova BH	25
3.4. As intervenções no Baixo Centro de BH	28
3.5. Projeto Corredor Cultural da Praça da Estação.....	38
3.6. Movimentos culturais do Baixo Centro de BH	42
4. rua sapucaí	48
4.1. Breve histórico da Rua Sapucaí	48
4.2. Os agentes urbanos que atuam na Rua Sapucaí	49
4.3. As dinâmicas socioespaciais da Rua Sapucaí.....	51
4.4. Os eventos na Rua Sapucaí.....	55
5. Considerações finais.....	63
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	65

1. INTRODUÇÃO

Belo Horizonte é a capital do Estado de Minas Gerais e foi inaugurada em 1897, sendo a primeira capital planejada da República do Brasil. A cidade foi projetada pelo engenheiro Aarão Reis, que propôs a planta inicial dividida em três zonas, a primeira era a zona urbana que foi delimitada por uma avenida (Avenida do Contorno), as outras duas zonas eram a suburbana e a rural. A zona urbana projetada por Aarão Reis tinha traçado geométrico, com avenidas e ruas traçadas em ângulos retos. Desde a década de 1920 a região circunscrita pela Avenida do Contorno deixou de ser considerada a zona urbana e passou a ser considerada a área central do município.

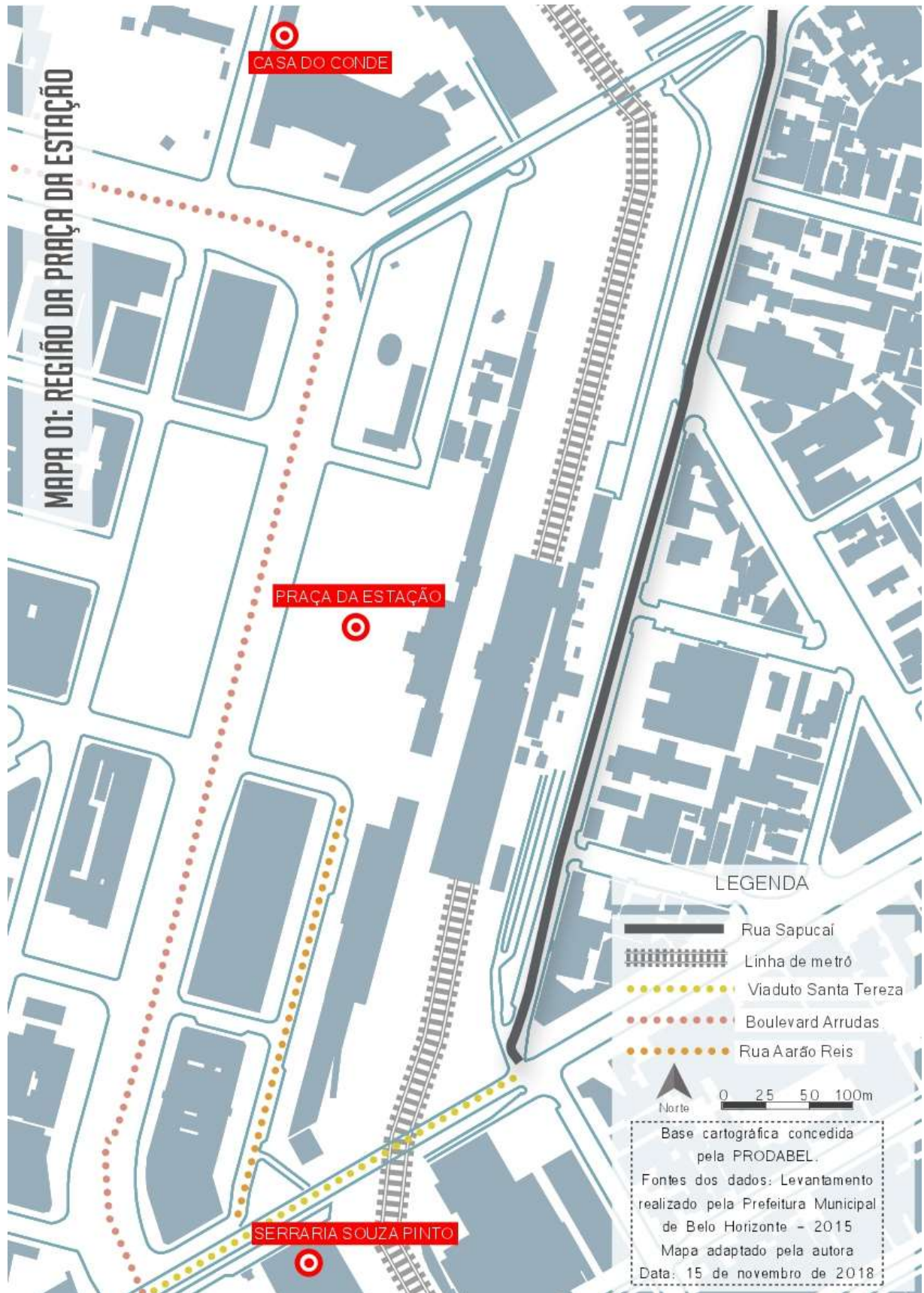
No encontro das avenidas Afonso Pena com Amazonas localiza-se a Praça 7 de Setembro e seu entorno é considerado a região do hipercentro de Belo Horizonte. Outra subdivisão é a da área popularmente conhecida como Baixo Centro, que é mais simbólica do que propriamente física, isso porque não existem barreiras físicas que delimitem essa área do centro da cidade, o nome é dado por se tratar de uma zona de comércio mais popular. A região do entorno da Praça Rui Barbosa, dividida pelo Boulevard Arrudas, é conhecida como Praça da Estação, conforme demonstrado nas Fig. 1. A praça e seu entorno são considerados como o Baixo Centro de Belo Horizonte. Essa região abrange a Praça da Estação, o Boulevard Arrudas que vai da Serraria Souza Pinto, até a Casa do Conde de Santa Marinha (atual prédio da Funarte - Fundação Nacional de Artes), passando pela Rua Aarão Reis que leva a parte de baixo do Viaduto Santa Tereza, como demonstrado na Fig. 2.

Figura 1: Região do Baixo Centro de BH



Fonte: Paula Bruzzi (2015)

Figura 2: Mapa da região da Praça da Estação - BH



Fonte: Cruz, Mariana (2018)

A região da Praça da Estação sempre foi uma referência para a cidade de Belo Horizonte, passando por várias transformações ao longo dos anos. Nos anos 2000 houve um grande investimento em obras de reforma e revitalização da área, tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada, a exemplo das obras da própria Praça e da Serraria Souza Pinto que se tornaram espaços para eventos, assim como também a criação do Museu Artes e Ofícios e do Centro Cultural 104.

Entre os anos de 2009 a 2016, durante a gestão do então Prefeito Márcio Lacerda, houve um grande esforço da Prefeitura de Belo Horizonte para a construção de um corredor cultural na Rua Aarão Reis, que liga a Serraria Souza Pinto a Praça da Estação passando por debaixo do Viaduto Santa Tereza. Movimentos culturais que já ocupavam a região, como o Família de Rua que organiza o Duelo de MC's, passaram a questionar esse projeto e outras medidas da prefeitura¹ por já considerarem que ali é um polo cultural da cidade. As iniciativas da PBH em inibir o uso da praça resultaram na contestação desse espaço, por meio de novos grupos que passaram a ocupar a região e a organizar eventos ali, surgindo assim o Coletivo Praia da Estação, novos blocos de carnaval, o bar Nelson Bordello (atual baixo Centro Cultural), o grupo de teatro Espanca, entre outros que passaram a ocupar a região e se organizar na praça e em seu entorno.

Com essa efervescência cultural um público variado passou a frequentar essa área de Belo Horizonte e o Baixo Centro de BH se tornou referência cultural da cidade, sendo comparado à Lapa no Rio de Janeiro, famosa zona boêmia carioca².

Uma pequena distância se faz entre a área do Baixo Centro de Belo Horizonte e a Rua Sapucaí no bairro Floresta, contudo, o principal obstáculo é a linha de trem e uma variação altimétrica de aproximadamente seis metros, como mostram as imagens abaixo (Fig. 3).

¹ Decreto número 13.798 de dezembro de 2009 onde proíbe eventos de qualquer natureza na Praça da Estação. Ele entra em vigor no primeiro dia do ano de 2010.

² Reportagem da Revista Encontro sob o título "Aqui é a Lapa" de março de 2011, que compara a Praça da Estação e seu entorno com a região da Lapa no Rio de Janeiro.

Figura 3: Diferença altimétrica entre a Praça da Estação e a Rua Sapucaí



Fonte: TAVARES, Flávio (2016)

Desde 2012 se observa uma nova ocupação dessa rua, com usos diversos aos que existiam e um público novo, como indica o trecho da reportagem.

A Rua Sapucaí sempre esteve ali, na beira do Bairro Floresta, “debruçada” com sua velha balaustrada sobre a Praça da Estação. Entretanto, foi de 2012 para cá que muita gente começou não só a passar por ela, mas a contemplar a incrível visão do Centro de BH que se tem de lá – ou skyline, como preferem dizer alguns donos de bares e restaurantes que começaram a apostar na via desde então. O pioneiro foi o italiano Massimo Battaglini, com sua Salumeria Central, cuja cozinha é focada no porco. “Tudo começou com o Nelson Bordello, na Rua Aarão Reis, no Centro. Um dia fomos lá e, depois, resolvemos dar uma volta pela redondeza. Passando pela Sapucaí, ficamos encantados. A gente vinha pensando em ter um boteco e vimos o anúncio de aluguel de uma das lojas da rua. No dia seguinte, fomos conversar com a dona do imóvel”, lembra Battaglini. No ano seguinte, ele abriu outro restaurante, o Pecatore, especializado em peixes e frutos do mar. (GIRÃO, Eduardo. 2016)

Esse processo ficou mais claro nos últimos dois anos quando outros bares se instalaram ali, firmando a Rua Sapucaí efetivamente como uma nova zona boêmia cultural da cidade e trazendo um público com maior poder aquisitivo para aquela área.

Nesse contexto, o que se pretende nesse trabalho é entender se os processos e dinâmicas que acontecem na região do Baixo Centro de Belo Horizonte são os mesmo que estão acontecendo na Rua Sapucaí e se eles são norteadores para a nova forma de uso e ocupação que acontece e quais deles influenciaram e/ou influenciam a forma de ocupação e as mudanças de uso da Rua Sapucaí, objeto desta pesquisa.

A hipótese sustentada nesta pesquisa é de que apesar de passarem por processos distintos, uma vez que no Baixo Centro de BH houve uma ação de resistência e na Rua Sapucaí um investimento, fruto da iniciativa privada, há

semelhanças nas mudanças ocorridas nos últimos anos nas duas as regiões da cidade. Já de antemão pressupõe-se que há um processo comum a ambas, a apropriação da cultura local, processo esse que se desenvolve na gentrificação. Por meio de referências bibliográficas e de um estudo de caso pretendesse entender se de fato há um processo de gentrificação na Rua Sapucaí, semelhante ao do Baixo Centro. E também compreender de que forma essas dinâmicas sócio espaciais afetam e/ou afetaram as mudanças de público e uso na Rua Sapucaí nos últimos cinco anos.

Esse trabalho tem relevância para o campo da arquitetura e do urbanismo uma vez que os profissionais da área precisam entender sobre as dinâmicas sócio espaciais para trabalhar com o território urbano e realizar as intervenções necessárias.

2. DINÂMICAS SÓCIO ESPACIAIS

Como mencionado na Introdução, o objeto de estudo tratado nesse trabalho está situado na região central de uma grande cidade, Belo Horizonte. Sendo este um espaço complexo e com múltiplas dinâmicas tanto sociais quanto espaciais, faz-se necessário elencar algumas daquelas encontradas nessa área e que são consideradas de maior interesse para esse estudo, uma vez que podem ser identificadas tanto na região do Baixo Centro quanto na Rua Sapucaí, entre as quais se destacam: especulação imobiliária, gentrificação de consumo, reocupação, revitalização entre outros processos.

2.1. Políticas Urbanas Neoliberais

Apesar de não ser necessariamente uma dinâmica socioespacial, para esse estudo é necessário entender alguns dos processos de urbanização mais recente que vem acontecendo em grandes centros urbanos, um deles são as políticas neoliberais que estão sendo adotadas nas cidades. Essas ações podem funcionar como fomentadoras para o surgimento de algumas das dinâmicas identificadas no nosso estudo.

Segundo Martins (2016) desde o final da década de 80 tem se discutido o neoliberalismo no mundo e também no Brasil. Para o geógrafo David Harvey:

o neoliberalismo é, a princípio, uma teoria de política econômica que propõe que o bem-estar coletivo é alcançado a partir da liberação das liberdades empreendedoras e criativas individuais dentro de um arcabouço institucional de "Estado Mínimo", que assegure a propriedade privada plena, a abertura dos mercados e o livre comércio entre os países (HARVEY, David. 1989)

Martins ainda explica que na década de 1970 se iniciou um processo de mobilidade do capital e da financeirização, o que causou um aumento do fluxo do capital móvel e assim os Estados começam a perder o controle sobre esse capital. A autora ainda explica que foi na década de 1990 que o capital se atrelou de forma mais intensa a urbanização e as reformas das cidades. Isso acontece porque elas são importantes para o neoliberalismo econômico. Ligado a esse processo há um aumento

em projetos de requalificação de espaços urbanos e também de grandes projetos de infraestrutura.

Com o avanço do neoliberalismo nas décadas de 80 e 90, segundo Martins, houve a partir do ponto de vista do planejamento urbano uma mudança na forma de se pensar esses espaços. Antes o planejamento era ligado ao Estado e ao bem estar social, já partir desse momento passa a ser conhecido como planejamento estratégico. Esse tipo de ação, segundo a autora, traz vinculado a si a diminuição do planejamento a longo prazo, a flexibilização das legislações urbanas e atuações pontuais em áreas de interesse do capital. Ainda segundo a autora, uma das maiores críticas ao planejamento estratégico está contida na baixa participação popular e na redução do poder público sobre o território, com isso, há um aumento do poder do capital nas decisões sobre a produção da cidade.

Esse tipo de política urbana tem como consequência o desenvolvimento de empreendimentos de requalificação e/ou revitalização em áreas consideradas degradadas. Esse processo, muitas vezes, causa valorização daquele espaço da cidade e a consequente expulsão de uma parcela da população, conhecido como gentrificação, a ser tratado no próximo tópico.

2.2. Gentrificação

Segundo Mendes (2017), o processo de gentrificação se caracteriza pelo movimento de chegada de grupos, geralmente mais jovens e com maior poder socioeconômico, em regiões centrais pouco valorizadas. Como efeito desse processo há uma valorização dessas áreas e consequentemente a expulsão da população local. Existe um consenso entre os autores do tema que esse tipo de processo tem cunho altamente higienista³.

Esse processo pode acontecer de duas maneiras, a gentrificação residencial, que consiste na expulsão da população residente na área, ou a gentrificação de

³ O termo higienista surge no século XIX quando se começa a dar mais atenção à saúde da população das cidades e essas medidas influenciaram a organização das cidades, com processos de expulsão das pessoas dos cortiços que eram considerados espaço insalubres. A cidade do Rio de Janeiro teve um processo higienista muito forte no início do século XX com as reformas de Pereira Passos.

consumo, onde a cultura e as tradições locais são transformadas em mercadoria⁴ altamente valorizada.

A intervenção em áreas centrais e/ou históricas das grandes cidades segundo Jayme (2011, página 611), acontece porque se quer a ressignificação daquela área em função de demandas de consumo e de mercado como, por exemplo, o turismo, o entretenimento cultural e as inovações no comércio. Com isso, muitas cidades brasileiras passaram por processos de requalificações em seus centros históricos.

Essas políticas de revitalização se apropriam, culturalmente, das imagens das cidades, com o objetivo de atribuir novos sentidos ao passado e, muitas vezes, têm um caráter segregador e higienizador [...] à “desapropriação de sujeitos” dos locais revitalizados pode corresponder a reapropriação desses espaços por outros sujeitos, que podem alterar a paisagem e conferir outros sentidos a esses lugares.” (JAYME, J Gonçalves. 2010 p. 611)

Em cidades turísticas, como Rio de Janeiro, Recife e Salvador esse processo ocorreu no contexto residencial, sendo adotado o discurso da devolução desses espaços centrais revitalizados para toda a população, o que traria mais heterogeneidade para as áreas. Contudo, na prática isto não ocorreu, pelo contrário, foi possível observar que os antigos moradores e usuários destas regiões tiveram dificuldade de permanecer nos centros requalificados destas cidades.

Em Belo Horizonte o processo foi outro, o da gentrificação de consumo. Para Jayme e Trevisan (2012), os residentes e comerciantes do Baixo Centro não foram expulsos, contudo, o que aconteceu foi a apropriação da cultura e das tradições locais transformando-as em mercadoria. Nesse processo um público distinto daquele que geralmente frequentava a região passou a ocupar esse espaço da cidade.

Nesse tipo de gentrificação não há expulsão direta dos residentes, mas a população que geralmente frequentava e ocupava esses espaços centrais deixa de utilizar essas áreas depois dessa apropriação e transformação em bem de consumo das manifestações culturais ali pré-existentes.

⁴ O conceito de mercadoria para Marx é de que “mercadoria é o que se produz para o mercado, isto é, o que se produz para a venda e não para o uso imediato do produtor”, para ele o capitalismo transformou tudo em mercadoria e tudo tem um valor medido em dinheiro.

2.3. Especulação Imobiliária

O termo especulação imobiliária é muito utilizado quando o assunto são os problemas das cidades. Para Saboya a especulação imobiliária se caracteriza "...pela distribuição coletiva dos custos de melhoria das localizações, ao mesmo tempo em que há uma apropriação privada dos lucros provenientes dessas melhorias." O autor ainda explica que as benfeitorias feitas são caracterizadas pelos melhoramentos de infraestruturas, como as redes de água, esgoto, elétrica, etc. E também as melhorias em serviços e mobilidade urbana. Com essas alterações há o aumento do valor do terreno. Outra forma de embutir valor, ainda segundo Saboya, são os acréscimos ou melhorias em edificações próximas ao terreno. Todas essas mudanças agregam valor ao terreno.

O que acontece, segundo o autor, é que se costuma fazer reserva do espaço, deixando terrenos vazios esperando por melhorias, sem que haja investimento dos proprietários. Todas as benfeitorias que agregaram valor aquele terreno foram feitas pelo poder público ou por outros proprietários no entorno. Esses terrenos que ficam na espera para agregar valor são conhecidos como vazios urbanos.

Os vazios urbanos são discutidos na arquitetura há muitas décadas. Conti Faria e Timóteo (2014) explicam que esse tema passou a ser problematizado na década de 1970 quando as condições de habitação ficaram muito precárias nas cidades brasileiras e os seguimentos da sociedade voltados para área social passaram a questionar essa situação.

Até então o espaço não vazio era ocupado por construções e o espaço vazio retratava as áreas verdes e os locais de circulação. A partir do século XIX, quando o acirramento das condições de implantação do processo capitalista passou a imprimir marcas profundas nos tecidos urbanos das grandes cidades contemporâneas, os vazios mudaram sua natureza. Deixaram de ser apenas um espaço sem importância na cena urbana para configurarem, em alguns casos, um indício de que algo estava falhando na condução do ordenamento do espaço urbano. (CONTI, FARIA, TIMÓTEO, 2014)

Conti, Faria e Timóteo (2014) alertam que a existências desses vazios urbanos é sinal de uma cidade paradoxal, por haver discrepância em seu desenvolvimento social e econômico. A distribuição do espaço urbano se submete a interesses do capital. Por isso, há necessidade de se entender o caráter político dos

vazios urbanos, além de se perceber que esse fenômeno foi criado e/ou cultivado por esses interesses políticos.

Ainda segundo os autores, podem ser caracterizados vazios urbanos tanto áreas não habitadas, descampadas, assim como edifícios não habitados e localizados em áreas de boa infraestrutura urbana.

As áreas objeto de estudo desse trabalho Rua Sapucaí e o Baixo Centro de BH, por estarem localizadas na região central de uma grande cidade brasileira já estão bem consolidadas. Dessa maneira, não é comum encontrar vazios urbanos não edificadas e sim vazios edificadas não habitados ou pouco ocupados.

A região estudada nesta pesquisa está localizada em uma região com boa infraestrutura urbana, logo, uma área de interesse para o mercado imobiliário. Assim sendo, a criação e/ou manutenção desses espaços vazios funcionam como uma forma de reserva imobiliária para atender interesses de um grupo específico, como ficará claro no capítulo 3.5 que trata do Corredor Cultural.

2.4. Financeirização do espaço urbano

O processo de urbanização no Brasil, que inicialmente se deu através da industrialização durante as décadas de 60 e 70 segundo Viceconti (1977), vem tomando, nos últimos anos, outro caráter. Para Silva (2013) antes a urbanização acontecia por um processo de indução, onde uma atividade econômica guiava a forma como se daria a ocupação de uma determinada área. Agora a produção do espaço urbano passa a ser um negócio, transformando o processo de urbanização em mercadoria. Isso significa que as estratégias de urbanização estão inseridas num contexto financeiro onde há acumulação de capital, logo, o espaço urbano é concebido, produzido e gerido como mercadoria.

A autora afirma ainda que a produção do espaço urbano que passa a atender as necessidades do mercado cria um ambiente mais segregador, derivando assim numa forma de ocupação que privilegia a criação de espaços exclusivos o que contraria a função social das cidades. Isso significa na prática que os espaços urbanos passam a atender os interesses de uma minoria em detrimento da maioria.

Esses processos que ficaram mais intensos desde a crise de 2008 podem ser notados em diversas cidades pelo Brasil e pelo mundo. Um bom exemplo é a cidade

do Rio de Janeiro que abrigou dois grandes eventos mundiais, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas em 2016, além também do processo de reestruturação da sua zona portuária. A obra conhecida como “Porto Maravilha” foi feita através de parcerias público-privadas e operações urbanas consorciadas, dois instrumentos previsto no plano diretor das cidades que têm sido usados para atender interesses do mercado e não da população, especialmente os cidadãos com menor poder aquisitivo.

a participação significativa do Estado na criação das condições legais, institucionais, financeiras e políticas para a participação do capital privado no processo de produção do espaço urbano, através dos instrumentos da operação urbana consorciada e da parceria público privada. O que se observa a partir da OUC do Porto do Rio é a canalização direta dos recursos públicos para remunerar o capital privado do consórcio “Porto Novo”, sustentador da parceria público privada responsável pelas obras e serviços urbanos da OUC, com baixo custo e baixo risco ao capital privado, ao mesmo tempo que os recursos públicos e a terra pública passam a compor a engenharia financeira dos fundos de investimento imobiliário através dos quais a terra é transformada em finança. (CARDOSO e SILVA, 2013)

Para Cardoso e Silva (2013) essas intervenções da OUC do Porto Rio não afetam apenas a forma do espaço, afetam também o seu conteúdo - que se dá através de grandes equipamentos que transforma o uso daquele espaço urbano.

Em Belo Horizonte, especificamente na área objeto de pesquisa deste trabalho, esse processo fica claro quando se analisa as intervenções que a prefeitura da cidade pretende fazer na região central, com o projeto conhecido como Corredor Cultural da Praça da Estação (ver capítulo 3.5), esse projeto atende os interesses das construtoras e incorporadoras em detrimento dos usuários daquele espaço.

2.5. Requalificação, Reocupação, Revitalização e Reabilitação

Para designar as intervenções urbanas em áreas consideradas degradadas são muitas as terminologias empregadas. Não há um consenso sobre qual se deve usar, algumas são mais comumente encontradas como: requalificação, revitalização, reabilitação e reocupação. Mas é importante se atentar para a utilização do termo “áreas degradadas” por ele geralmente ser empregado de forma pejorativa para

classificar os espaços das cidades considerados mais populares e com um público menos abastado.

Bezerra e Chaves (2014) argumentam que ao longo da história diversas intervenções foram feitas nas regiões centrais das cidades com a intenção de renovação urbana e melhorias estéticas, porém essas ações vêm alterando as dinâmicas nesses espaços. Elas têm se caracterizado por sobrepor os interesses dos investidores sob o dos cidadãos.

O termo revitalização que significa dar nova vida a alguém ou algo é muito usado na bibliografia, mas não há senso comum sobre seu uso por parte dos autores. Bezerra e Chaves (2014) dizem que essa terminologia é empregada para designar medidas e ações que tem o intuito de dar novo valor a uma determinada área, dando nova vida econômica e social deixando-a mais atrativa para investimentos e consumo. Já Duarte (2005) argumenta que essa etimologia é perigosa por dar uma ideia preconceituosa e errada da área objeto de intervenções uma vez que esses espaços não teriam perdido sua vitalidade.

Requalificação é outro termo muito utilizado para se tratar dessas áreas e geralmente é empregado para caracterizar espaços onde há mudança de função. Mas esse termo também pode pecar por ser pejorativo uma vez que essas áreas não perderam sua qualidade.

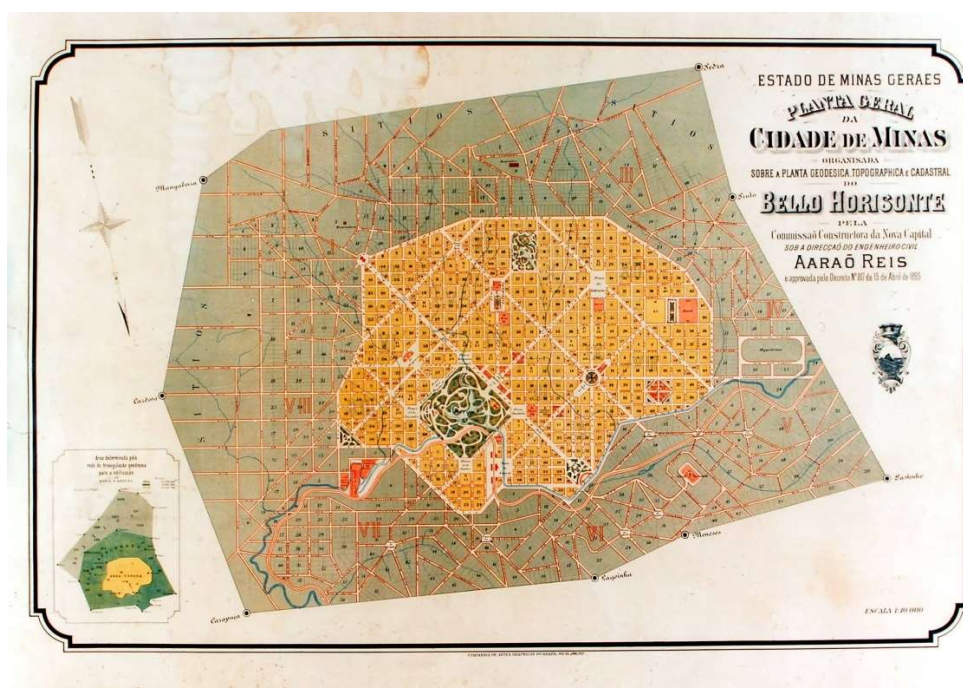
Um termo menos encontrado, mas ainda assim utilizado é a reabilitação. Segundo Duarte (2005), ele se refere a um processo onde quer se salvaguardar uma região recuperada.

A reocupação é outro termo utilizado nas bibliografas e traz a ideia de novo uso, o que vem acontecendo na Rua Sapucaí nos últimos cinco anos, condicionado por processos a serem investigados neste trabalho. Já que antes podia ser considerada como um vazio urbano edificado, por funcionar basicamente como local de passagem e estacionamento com poucos serviços à disposição. Essa rua foi gradativamente, a partir dos anos 2012, ocupada por um novo público e hoje o que se nota é um crescimento no número de novos bares e restaurantes que, por sua vez, levam a Rua a uma forma distinta da ocupação que acontecia antes. Esse assunto será desenvolvido na segunda parte deste trabalho.

3. AS DINÂMICAS SÓCIO ESPACIAIS NA REGIÃO CENTRAL DE BH

Como tratado na Introdução, Belo Horizonte é a uma cidade jovem, inaugurada em 1897, o que lhe confere apenas 121 anos. A cidade foi projetada para ser a nova capital do estado de Minas Gerais e representar os ideais de modernidade e positividade na época⁵.

Figura 4: Plano geral da cidade de Belo Horizonte (Comissão Construtora).



Fonte: Fundação João Pinheiro (1997, p. 31)

Já em seus primeiros anos a cidade teve um grande crescimento e na década de 1920 podia-se observar que o limite urbano previsto já tinha sido ultrapassado. Atualmente a área inicialmente prevista como zona urbana é considerada a região central da capital mineira

Apesar de jovem, BH teve seu núcleo urbano central modificado já no início do século XX. Celina Lemos (2010) ordena as transformações do espaço urbano em

⁵ Baseado no projeto de Haussmann em Paris, onde houve uma grande reforma urbana em meados do século XIX que reordenou o espaço da cidade, com abertura de vias maiores e mais largas e a construção de prédios. Esse projeto foi repetido mundo afora por representar ideais de modernidade.

cinco momentos mais importantes: o primeiro destes com a implantação do projeto do engenheiro Aarão Reis; o segundo com a consolidação do plano e a formação das paisagens urbanas; o terceiro com a busca pela modernização e as primeiras legislações de gestão do espaço; o quarto com os processos de conurbação do Centro e as consequentes expansões; e por fim os processos de demolição e a renovação do Centro tradicional.

Para Jayme e Trevisan (2012) ainda é possível acrescentar à sistematização da autora um novo momento, que se trata da execução de programas e projeto de revitalização urbana nos anos 2000. Este trabalho tem como objetivo concentrar-se apenas nesse último momento entendendo o seu recente desenvolvimento. No entanto, é imprescindível fazer uma breve análise histórica destes processos anteriores aos anos 2000.

3.1. Breve histórico

Como se menciona anteriormente, na década de 1920 a zona urbana deixou de ser limitada pela Avenida do Contorno e essa passou a delimitar a área central de Belo Horizonte. Nas décadas de 1930 a 1950 inicia-se o processo de verticalização na região central da cidade e em 1950 a capital mineira se transforma na terceira maior cidade do país. Para Lemos (2010) essa transformação, que se caracterizava pela demolição e construção de edifícios mais modernos, determinou um novo ambiente urbano com maior concentração demográfica especialmente na área central do município. Foi também nesse período que surgiu a necessidade da criação de uma legislação que regulamentasse a ocupação urbana, haja vista o rápido desenvolvimento da cidade nesse momento. Em 1930 algumas leis foram sancionadas para regular esse crescimento.

Evidencia-se a Lei n. 361, de 07 de abril de 1930, que dispõe sobre o calçamento da capital, por sua abrangência em termos urbanísticos, e por conter uma análise da estrutura viária de Belo Horizonte [...]. Entretanto, verifica-se que a legislação até 1930, ainda que se estendesse sua ação por toda a cidade, tratava de questões específicas, sem entendê-la como um todo interdisciplinar e mutável. (FRADE, p. 71 e 72)

Já década de 1960 traz uma mudança significativa para a cidade, o carro mudou a forma como as pessoas usavam esse espaço e tornou cada vez mais um lugar de passagem e isso trouxe um esvaziamento para a região central. Já na década de 1970 com o surgimento de novas centralidades como a região da Savassi, o processo de esvaziamento foi acentuado na região central de Belo Horizonte, evidenciando a mudança de público na região, enquanto na Savassi havia um uso por uma população mais abastada, o Centro se tornou uma região mais popular. Foi na década de 1970 que se percebe a necessidade de uma legislação mais eficiente em controlar o crescimento desordenado da cidade.

A primeira LUOS foi promulgada em 1976 (BELO HORIZONTE, 1976) como uma tentativa que mais tarde se mostrou bem-sucedida de conter a alteração descontrolada que se expandia pela cidade. [...] Até 1976 o conjunto normativo que regulava a utilização do solo urbano em Belo Horizonte era pontual, não existindo nenhuma lei ou decreto que, efetivamente, planejasse o desenvolvimento, estudasse as tendências de cada região a fim de orientar o crescimento da cidade. (FRADE, p.94 e 95)

Para Andrade e Jayme (2011) nas décadas de 1970 e 1980 a região do Centro de BH já é tratada como degradada e perigosa. Nos anos 1990 conforma-se a década em que a PBH se mobiliza para a revitalização da área do hipercentro de BH.

Nesse período, a região passou a ser objeto de diferentes diagnósticos, sendo que mereceu destaque o concurso nacional BH-Centro (1990), promovido pela Prefeitura de Belo Horizonte, que visava à seleção de ideias para revitalização de algumas áreas de maior valor simbólico no centro. (JAYME, TREVISAN; 2012 p.363)

Os autores explicam, que seguindo tendências internacionais, houve investimentos para a valorização do centro histórico de Belo Horizonte, com a criação de diversos programas e com o discurso de ser uma área para todos.

3.2. Operação Urbana Consorciada

A Operação Urbana Consorciada (OUC) é um instrumento previsto no Estatuto das Cidades. Para Aguiar (2011), a OUC é um instrumento que permite que agentes particulares participem das políticas urbanas.

a operação urbana consorciada é o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, cujo objetivo é alcançar, em uma área, transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. (AGUIAR; 2011 p.95)

As OUCs, segundo o autor, têm origem no conceito de solo-criado, esse conceito prevê um coeficiente de aproveitamento, que serve para eliminar diferenças econômicas entre os zoneamentos já existentes no município, a área construída que ultrapassar o valor definido pelo coeficiente é considerada solo-criado.

Macedo (2007) explica que o instrumento surge nas décadas de 70 e 80 como um retrato da alteração do capitalismo na influência das cidades, a OUC surge apoiada em quatro elementos.

o primeiro diz respeito às novas tecnologias, as quais permitem construção acima e abaixo do nível do solo; o segundo, por sua vez, refere-se à demanda por infraestrutura em áreas de maior densidade; o terceiro – e talvez o principal – relaciona-se à valorização dos terrenos em decorrência da possibilidade de utilizar a mais e, por fim, menciona-se à noção de função social de propriedade. (MACEDO; p. 121 e 122)

Em conjunto com a OUC está a Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC), que para Nobrega se tornou premissa para as operações urbanas consorciadas. A OODC também está relacionada com o conceito de solo-criado, partindo do pressuposto que cada metro quadrado construído além do valor definido pelo coeficiente construtivo é solo existem, ou seja, essa área é solo-criado, sendo assim há a criação da outorga que garante o direito do poder público cobrar por esse “solo” que foi criado.

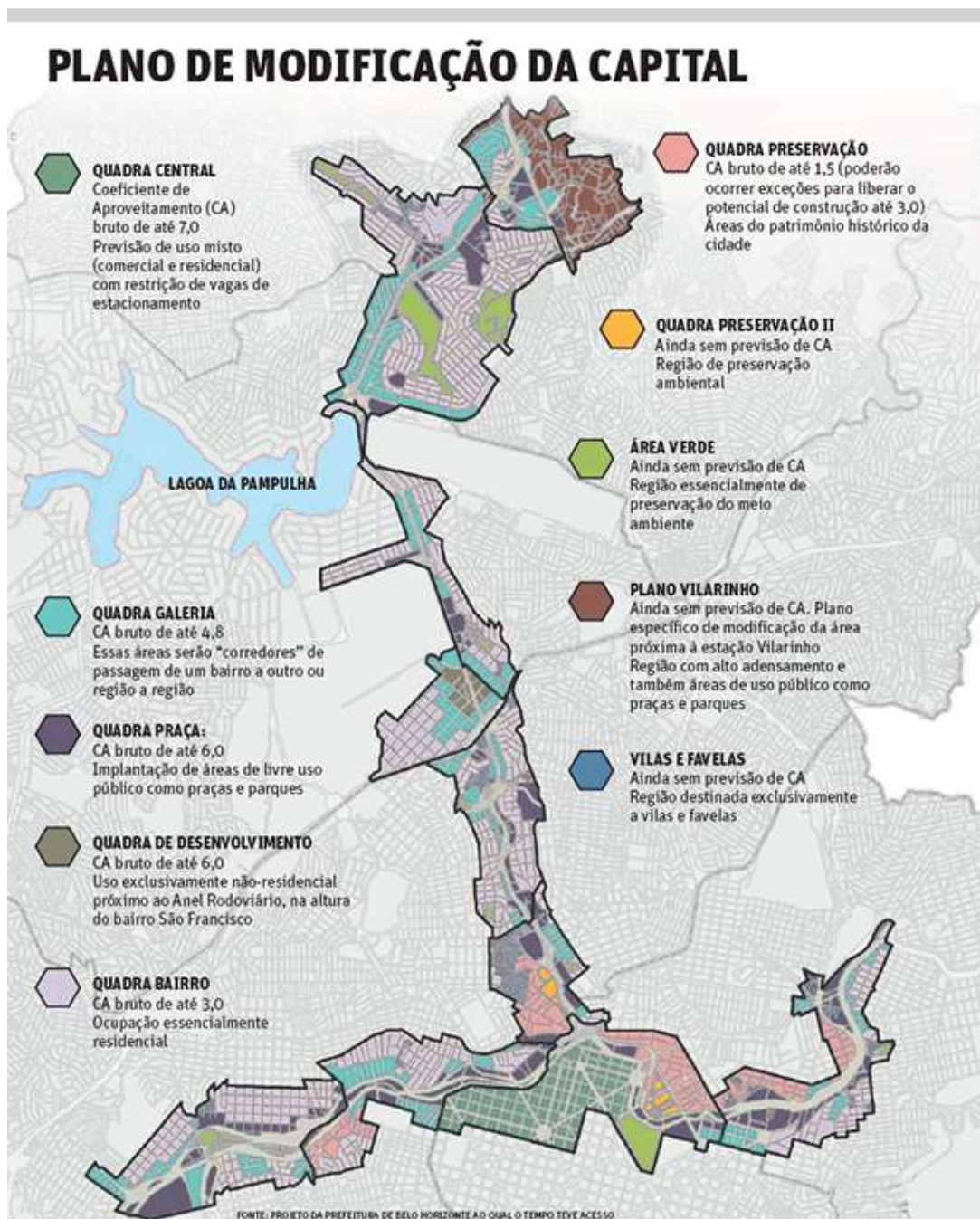
3.3. Projeto Nova BH

O Projeto Nova BH, segundo o site da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), é uma ação que promoverá o desenvolvimento urbano e sustentável de vinte e cinco quilômetros quadrados da cidade, a partir de uma Operação Urbana Consorciada (OUC) nos corredores das Av. Antônio Carlos/ Av. Pedro I e Leste-Oeste, que engloba as Av. Dos Andradas/ Av. Tereza Cristina e a Via Expressa. Para o grupo de estudos Indisciplinar, da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de

Minas Gerais (EA-UFMG), essa área corresponde a 7% do território do município o que afetaria pelo menos 170 mil pessoas.

Em seu projeto, a PBH alega que serão feitas intervenções estruturais, socioambientais e urbanísticas em 58 bairros da cidade. A área objeto de estudo desse trabalho, a Rua Sapucaí, está incluída no projeto apresentado, além dela, consta também a região da Praça da Estação.

Figura 5: Projeto da OUC Nova BH



Fonte: Indisciplinar EA/UFMG

Ainda segundo o Grupo de Estudos Indisciplinar, umas das grandes irregularidades do Projeto Nova BH, apresentado em 2013, é a ausência de participação popular no processo.

Desde o início, o projeto Nova BH estava sendo elaborado por técnicos da Prefeitura de Belo Horizonte e por empresas de consultorias contratadas pela mesma, sem participação da população na elaboração do plano urbanístico como exigido pela lei federal denominada Estatuto das Cidades. (Indisciplinar da EA-UFMG)

Outra falha que a OUC -Nova BH apresenta, segundo o Indisciplinar, é a da participação, com autorização do Poder Público, de estudos desenvolvidos por três grandes construtoras. A OUC, segundo Fastofski (2017), é um instrumento que prevê intervenções urbanas realizadas pelo poder público com a participação da iniciativa privada, da comunidade e dos usuários. Ao se excluir a população da participação nas decisões da OUC Nova BH fica claro o interesse de quem esse projeto atende.

quando a Prefeitura autoriza as construtoras Andrade Gutierrez, Barbosa Mello e Odebrecht desenvolverem os estudos urbanísticos, econômico-financeiros e jurídicos para implantação de área de especial interesse urbanístico do Vale do Rio Arrudas, através de uma Concessão Comum ou Parceria Público-Privada. (Indisciplinar da EA-UFMG)

As OUCs são instrumentos de grande importância para as cidades, mas para Fastofski, esse instrumento pode ser transformado para atender necessidade do mercado imobiliário, ideia que é também reforçada em texto do Grupo de Pesquisa Indisciplinar.

Entretanto, a primazia que as operações vêm assumindo sobre os demais instrumentos de planejamento urbano previstos no Plano Diretor municipal é extremamente clara, e evidencia a crescente subordinação da política urbana aos interesses privados de proprietários fundiários, incorporadoras imobiliárias e grandes empreiteiras do ramo da construção civil, (Indisciplinar EA-UFMG)

Apesar de ser mais conhecido como Projeto Nova BH, depois de várias polêmicas, como a não participação popular na elaboração do projeto, a PBH mudou o nome do projeto para 'Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos + Leste-Oeste' (OUC ACLO). Com poucas mudanças em entre os projetos das OUC's Nova BH e ACLO, nesse trabalho vamos abordar essa proposta de intervenção como Projeto Nova BH.

3.4. As intervenções no Baixo Centro de BH

A Praça Rui Barbosa, conhecida como Praça da Estação, começou a ser construída em 1904 e foi inaugurada dez anos depois em 1914. Ela passou por várias transformações desde sua inauguração. Bruzzi (2015) explica que em função do rápido desenvolvimento de Belo Horizonte e a incapacidade do antigo prédio da Estação Central em atender a demanda de passageiros, foi inaugurado em 1922 um novo prédio, maior e mais moderno. Nessa época a Estação Central era passagem obrigatória para todos que chegavam ou saíam da cidade, e esse espaço se tornou bastante heterogêneo, com várias camadas da sociedade frequentando a área.

Essa importância se mantém até a década de 1950 quando a praça passa a ter relevância secundária na capital mineira. Arroyo (2004) argumenta que isso ocorreu em função da implantação de doze mil quilômetros de malha rodoviária no estado. Segundo a autora, essa operação favoreceu a utilização do transporte rodoviário limitando o uso da Praça da Estação. Para Bruzzi (2015) houve um esvaziamento do prédio da Estação Central em função do investimento em transporte rodoviário e esse esvaziamento foi agravado pela mudança das indústrias que se localizavam no entorno da praça para o distrito industrial no município vizinho de Contagem, logo, muitos galpões ficaram abandonados. A autora cita ainda a falta de investimentos na região por parte do governo municipal o que levou a um processo de deterioração.

Somente na década de 1980 o espaço foi novamente alterado. Para Giffoni (2010) a implementação dos sistemas de transporte coletivo da região metropolitana de Belo Horizonte e do trem de superfície metropolitano foi o que mudou o espaço urbano ali. Com a implantação de uma estação de trem urbano no antigo prédio da Estação Central e a construção de uma estação de ônibus na Rua Aarão Reis houve

maior atividade na região. Mas Giffoni (2010) argumenta que apesar do dinamismo que essas mudanças trouxeram para a praça e seu entorno, foi possível notar alguns impactos. Os comerciantes locais passaram a se adaptar para atender o público de baixo poder aquisitivo que transitava pela região. Lima e Amorim (2014) explicam esse processo.

Com a valorização do automóvel pela classe média, esses terminais [de ônibus] se destinavam principalmente ao circuito inferior da economia. Sem investimentos e pouco atrativa para o circuito superior, a praça passou a ser percebida como uma área degradada da cidade (LIMA; AMORIM, 2014, p.942).

Bruzzi (2015) explica que essa situação é agravada pelos investimentos destinados apenas a intervenções estruturais destinadas ao transporte.

o poder público municipal parecia conceder pouca ou nenhuma importância aos espaços e edifícios que, situados na Praça, seriam utilizados como locais de vivência coletiva pela população. Esta situação pode ser observada, por exemplo, no movimento de transformação da esplanada da Praça em estacionamento para veículos particulares [...] e no próprio processo de instalação, no local, da Estação Central do Metrô de Superfície da cidade – o qual parecia esboçar-se na Prefeitura sem grandes preocupações referentes aos impactos que acarretaria às condições espaciais da área. (Bruzzi, 2015, p.90)

Diante disto arquitetos e urbanistas belo-horizontinos, indignados com a situação, organizaram um congresso. O “I Encontro pela revitalização do Conjunto da Praça da Estação” em 1981, que tinha como objetivo a sensibilização do poder público, por meio de intervenções necessárias para a preservação das características do local e a valorização de seu contexto urbano para Belo Horizonte. E em 1988 houve o tombamento pelo IEPHA/MG, do “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação”

é importante reconhecermos, contudo, que o evento tem o notável êxito de mobilizar a população no sentido de questionar a forma pouco inclusiva com que o Poder Público pretendia realizar as intervenções no local e, nesse sentido, a iniciativa dos arquitetos e o próprio caráter preservacionista de suas reivindicações parecem configurar aspectos notadamente de resistência. Com efeito, conforme texto incluído no Guia dos Bens Tombados (IEPHA/MG, 2014), o encontro, “mesmo que talvez não tão popular” se comparado às manifestações que historicamente ocorriam na praça, inaugurou um “movimento social urbano local” capaz de apontar para a necessidade de uma maior participação da população nas decisões do governo municipal para o território em questão (Bruzzi, 2015, p.93)

Figura 6: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação



Fonte: Paula Bruzzi (2015)

No ano seguinte, em 1989, a Praça e seu entorno perdem o caráter de espaço decadente e degradado para se tornar, segundo Lima e Amorim (2014), em local voltado para a cultura. Sendo implantados pelo poder público e pela iniciativa privada, gradativamente na região do Baixo Centro de BH, alguns equipamentos voltados para a cultura como: o Centro Cultural 104; o Centro de Referência da Juventude; a Serraria Souza Pinto; a sede a Funarte; o Museu Artes e Ofícios; e o Centro Cultural da UFMG.

Figura 7: Mapa de Equipamentos



Fonte: Paula Bruzzi (2015)

O primeiro equipamento a ser implementado foi o Centro Cultural da UFMG, inaugurado em 1989 no antigo edifício da Escola de Engenharia da UFMG. Após restauração do prédio o espaço passa a oferecer atividades diversas como mostras de filmes, espetáculos de dança e música, apresentações de teatro, etc. As atividades têm relação direta com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e tem valores acessíveis (em sua maioria a preços populares ou gratuitos). O espaço atraiu um público jovem, em grande parte estudantes universitários. Mas parece não ter conseguido trazer a “vivacidade” que era esperada na época. Esse efeito só foi visto nos anos 2000 com a reforma da Serraria Souza Pinto e com a criação do Museu Artes e Ofícios (BRUZZI, 2015).

Figura 8 - Centro Cultural da UFMG



Fonte: UFMG Cultura

Em 1993, em prédio limítrofe à Praça da Estação, foi instaurada a sede do projeto Miguilim. O projeto foi criado para assistir crianças e adolescentes em situação de rua, garantindo-lhes o direito à cidadania. Ele previa diversas atividades culturais, além de atividades pedagógicas e profissionalizantes. Porém em 2012 o projeto foi transferido para novo endereço. Segundo Bruzzi (2015) essa medida foi tomada para a construção do Centro de Referência da Juventude no local. Edificação essa que faria parte posteriormente do projeto Corredor Cultural (ver capítulo 3.5). Para Bruzzi (2015) o fato do espaço onde funcionava o projeto Miguilim ter localização estratégica na Praça da Estação o torna peça fundamental no processo de revitalização proposto pela PBH para a região.

a necessidade de substituir o prédio por outro mais “moderno”, que não destoasse, por assim dizer, do novo caráter que ali se intentava imprimir, parecia latente. De fato, conforme explicita Antonio Anastasia, então governador do Estado de Minas Gerais (instância parceira da Prefeitura de Belo Horizonte na construção do espaço): “estamos, através desse projeto, participando cada vez mais da revitalização da área central de Belo Horizonte, o que gera mais segurança, mais valor e qualidade de vida para todos. O Centro de Referência se tornará um prédio magnífico, de muito bom

uso” PORTAL DO GOVERNO DE MINAS GERAIS, 2012. (BRUZZI, 2015, p.99)

Figura 9 - Centro de Referência da Juventude (CRJ)



Fonte: PBH

No final da década de 1990, especificamente no ano de 1999, outro espaço surge no processo de transformação do Baixo Centro de BH. O prédio da Serraria Souza Pinto passa por uma restauração e sua administração antes feita pelo Governo do Estado foi transferida para a Fundação Clóvis Salgado que administra o Palácio das Artes – espaço. Com essas mudanças o espaço passa a abrigar diversos tipos de eventos, destoando naquela época do restante dos espaços públicos da região.

passaram a abrigar diversos tipos de evento – em sua maioria grandes festas particulares, congressos, feiras e eventos empresariais. O tipo de apropriação observada na edificação contrastava, assim, nitidamente com aqueles verificados nas áreas lindeiras e, em especial, no baixio do Viaduto Santa Tereza, localizado logo a sua entrada. (BRUZZI, 2015, p.101)

Figura 10: Serraria Souza Pinto



Fonte: SouBH

No ano seguinte é anunciada, pela iniciativa privada, a instalação de outro equipamento público na Praça da Estação. O Instituto Cultural Flavio Gutierrez, instituição sem fins lucrativos, anuncia a criação do Museu Artes e Ofícios. O espaço do museu foi instalado no edifício da Estação Central, com obras iniciadas já no ano de 2001. Pode-se afirmar hoje, que a instalação de tal equipamento na região do Baixo Centro trouxe mudanças significativas para área. Uma vez que no mesmo ano de início das obras a PBH realizou o evento no qual foi elaborado um documento que previa um Plano Diretor para a área da Praça da Estação e seu entorno. Esse Plano Diretor previa inclusive uma Operação Urbana Consorciada na qual o governo municipal em parceria com a iniciativa privada poderia fazer alterações nas normas de parcelamento, uso e ocupação do solo para a área que vai do atual prédio da rodoviária de BH até o Parque Municipal. (Bruzzi, 2015, p103). Em 2006 o Museu Artes e Ofícios (MAO) é oficialmente inaugurado e há uma mudança de uso e de público na região como a autora ressalta em trecho abaixo.

Sua estrutura imponente, tornava-o, indubitavelmente, o elemento mais destacado da praça -ocupada, à época, por pequenos equipamentos voltados para o comércio popular. Suas atividades (junto àquelas promovidas pela Serraria Souza Pinto) acarretaram, também, alterações no caráter do público do espaço, que passou a atrair, além de um significativo contingente de turistas (nacionais e internacionais), representantes de setores populacionais mais abastados da população. (BRUZZI, 2015, p.103)

Figura 11: Museu Arte e Ofício (MAO)



Fonte: MAO

Pouco depois de anunciado a implantação do MAO e o início das obras do museu, a Prefeitura de BH também faz alto investimento para requalificação da Praça Rui Barbosa. No ano de 2003 o espaço em frente ao prédio da Estação Central/Museu Artes e Ofícios passou por uma grande obra e o espaço que era destinado a estacionamento desde os anos de 1980 se transforma em uma esplanada para eventos. Mas vale ressaltar que anos antes a PBH demonstrava pouco interesse em fazer investimentos desse caráter na região.

Frente a esse quadro é curioso percebermos como o descaso, por parte do poder público municipal, com relação à área, coincide com a sua conformação como espaço voltado para setores de baixo poder aquisitivo da população. Nessa perspectiva, parece-nos preciso olhar com desconfiança para esse dito “caráter degradado”. Em outras palavras, urge questionarmos até que ponto a “falta de investimentos públicos” no local não configuraria, na realidade, mais uma expressão de um processo mais amplo: a adoção de uma conduta, em meio à produção dos espaços públicos da cidade, notadamente voltada para a primazia de locais potencialmente atrativos aos setores mais abastados da população – e, assim, mais propensos a aportar possíveis lucros aos agentes do mercado imobiliário local. (BRUZZI, Paula, 2015)

O projeto implementado pelo governo municipal teve mudanças além das físicas, ele teve caráter higienista, uma vez que os camelôs foram retirados da região e transferidos para shoppings populares próximos a rodoviária da capital.

Figura 12: Praça da Estação



Fonte: B&L Arquitetura

Os dois últimos equipamentos culturais instalados no Baixo Centro de BH foram a sede da FUNARTE e o Centro Cultural 104. O antigo prédio do Conde de Santa Marinha foi ocupado pela Fundação Nacional de Artes, prédio este pertencente ao Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação. Em 2010 o espaço foi reformado passando a abrigar um local para eventos para até seis mil pessoas. Mas diferente da Serraria Souza Pinto e do Museu Arte e Ofícios, a FUNARTE tem sua programação composta apenas por trabalhos selecionados via edital público. E por fim, o último equipamento colocado no entorno da Praça da Estação foi o Centro Cultural 104, instalado em 2009 no Prédio da União Brasileira de Tecidos, o local aloja um centro cultural e a sede do Instituto Antônio Mourão Guimarães, ligado ao BMG.

Figura 13: Casa do Conde de Santa Marinha (FUNARTE)



Fonte: WordPress - Pré Projeto Praça da Estação

Figura 14: Centro Cultural 104



Fonte: Apontador

Após todas as intervenções na região do Baixo Centro de BH fica clara a intensão de modificação do público e do uso tanto pelo governo municipal quanto pela

iniciativa privada, e em 2013 a PBH lança o projeto corredor cultural a ser visto no próximo capítulo.

3.5. Projeto Corredor Cultural da Praça da Estação

O projeto do Corredor Cultural da Praça da Estação foi oficialmente apresentado no início do ano de 2013 pela Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte em evento no prédio do Museu Artes e Ofícios. O projeto apresentado pela prefeitura tinha como epicentro a Praça da Estação e o circuito iria do Parque Municipal até a Casa do Conde de Santa Marinha, passando pelo bairro Floresta. Dentro do percurso do projeto treze espaços culturais passariam por reforma, incluindo a balaustrada da Rua Sapucaí, como indicado na imagem abaixo.

Figura 15: Projeto Corredor Cultural da Praça da Estação



Fonte: Fundação Municipal de Cultura (2013)

Os espaços a serem criados eram: na rua Itambé, ao lado do arquivo público, um espaço cultural; na avenida Assis Chateaubriand, o Espaço Técnico de Produção; no túnel que liga a Praça da Estação à rua Sapucaí seria feito uma

galeria de arte; no Parque Municipal um espaço multiuso cultural – já em obra à época de apresentação do projeto; na rua Aarão Reis seriam implantadas a sede do MinC e da Escola Livre de Artes; o Centro de Referência a Juventude (CRJ), também já em obras à época de apresentação do projeto; no MAO seriam implantado dois espaços multiuso e um auditório; próximo à sede da FUNARTE ficaria o Centro de Artes e Esportes Unificados. O projeto do Corredor Cultural da Praça da Estação também estabelecia a requalificação das ruas Aarão Reis e Sapucaí, esta última funcionaria como um mirante urbano – esse uso foi visto no meio do ano de 2017.

Durante o evento de apresentação do projeto proposto pelo governo municipal foi explicado que ele data de aproximadamente vinte anos antes, deixando clara a importância da região para a PBH, como mostra o texto abaixo.

Segundo descrito na ata, Oliveira disse, ao apresentar o projeto, que considerava “a região uma reserva estratégica no centro da cidade” e que o projeto a ser desenvolvido deveria se dar a partir da consideração de “usos múltiplos”, já que espaços de uso exclusivo não obteriam êxito na área. Oliveira destacou, ainda, que era preciso realizar um Projeto de Lei que instituísse o referido “Corredor Cultural” antes do lançamento da Operação Urbana Consorciada prevista para a região, já que, em suas palavras, “havendo a previsão de recursos para esta operação, seria possível assegurar parte deles para a Praça”. (BRUZZI, 2015, p.172)

Após a apresentação, grupos que já se apropriavam do espaço passaram a questionar o projeto, um dos principais argumentos é que ali já existe um corredor cultural consolidado e que tal projeto expulsaria pessoas em situação de vulnerabilidade que ocupam esse espaço da cidade. Conforme mostra trecho da reportagem de 2013.

A Praça da Estação, espaço no Centro de Belo Horizonte que abriga edifícios históricos, museu e comércio diversificado, está, novamente, pedindo socorro. O local passou por obras de revitalização em 2003 e ficou preservado por algum tempo. Agora, voltou a ser depredado, o que fez com que a prefeitura da cidade ressuscitasse o projeto de criar ali um corredor cultural. A ideia já é discutida há mais de 20 anos e deve ser colocada em prática com verba – R\$ 21,8 milhões – do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas. Comerciantes reclamam que o local está tomado por moradores de rua, principalmente na Rua Aarão Reis, em frente aos pontos de ônibus. (Reportem do portal EM, de junho de 2013, título “**Corredor Cultural para salvar a Praça da Estação**”)

Os agentes culturais que ocupam a região se organizaram e fizeram um evento paralelo no dia 18 de março de 2013 no auditório do Centro Universitário Metodista

Izabela Hendrix para se debater o projeto apresentado pela Prefeitura, uma vez que este havia sido pouco discutido com a sociedade. O objetivo do evento era reunir todos que se interessassem pelo assunto, entendendo que esse projeto poderia colocar em risco as dinâmicas sócio espaciais do Baixo Centro, principalmente para os grupos em condição de vulnerabilidade como por exemplo os moradores de rua. Outro ponto de grande preocupação foi o do uso do instrumento Operação Urbana Consorciada⁶. Esse instrumento urbanístico deve ser empregado com parcimônia uma vez que vem sendo utilizado deliberadamente em muitas cidades para se atender interesses da menor parcela da população e do mercado imobiliário. Por permitir alterações na lei de uso e ocupação do solo, alterando índices de acordo com o interesse do capital, especialmente em áreas que são consideradas "degradadas", mas com boa infraestrutura. Tal instrumento foi usado em outros projetos já citados, como o Porto Maravilha no Rio e seu conseqüente processo de gentrificação.

Destes encontros surgiu a Comissão de Acompanhamento, que tinha como integrantes membros do governo municipal, agentes culturais e pessoas da sociedade civil. Para a comissão foi apresentado o projeto que abrange quatro áreas principais.

⁶ A Operação Urbana Consorciada é um instrumento de planejamento urbano previsto no Estatuto das Cidades. Sua finalidade é promover transformações urbanísticas. O governo municipal, por meio deste instrumento, pode fazer parceria público-privada e alterações nas legislações de uso e ocupação do solo e normas edificais.

Figura 16: Esquema do Projeto Corredor Cultural Praça da Estação tal como apresentado pelos arquitetos responsáveis



Fonte: Paula Bruzzi (2015)

O projeto apresentado por um escritório de arquitetura trouxe preocupação para membros da comissão, uma vez que elas acharam que as intervenções poderiam expulsar a população que geralmente utiliza aquela área e tornar o espaço mais elitista, ou seja, gentrificando-a, como vemos na citação abaixo.

Frente a essa explanação inicial, os membros da Comissão apresentaram seus apontamentos. Estes se referiam não somente ao desenho em si, mas também, e principalmente, às questões políticas reivindicadas ao longo do processo que não se encontravam, segundo eles, devidamente explicitadas no projeto. Natacha Rena destacou a necessidade de se ressaltar com mais afinco as formas de apropriação previstas para cada espaço, de forma a frear o iminente risco de “gentrificação” da área e de garantir, assim, direitos sociais aos seus usuários. [...] Rafael Barros também atentou para o grande risco de os espaços serem convertidos em locais de cunho “elitista”. Segundo

ele, tal fato tornava urgente a ação da Comissão no sentido de apresentar uma “proposta de uso” para estes em consonância com o aspecto popular do local. (BRUZZI, 2015, p.185)

O que fica claro com a proposta de revitalização do Baixo Centro de BH pelo governo municipal é que os interesses do projeto não atendem as demandas dos usuários daquele espaço e que há um risco, caso o projeto seja implementado da forma como foi proposto, de haver um processo de expulsão de alguns usuários como os comerciantes locais, as pessoas que usam os transportes públicos que tem estações na Rua Aarão Reis e principalmente os moradores de rua.

3.6. Movimentos culturais do Baixo Centro de BH

Como já demonstrado o Baixo Centro de Belo Horizonte é uma área com público muito diverso e que após iniciativas da Prefeitura de Belo Horizonte essa região se tornou espaço de resistência, com muitas ações culturais que dão sentido de apropriação aquele espaço. Nessa pesquisa vamos nos concentrar em quatro movimentos culturais que utilizam a região para eventos. O Coletivo Família de Rua que organiza o Duelo de MC's, o Movimento Praça da Estação, o Bar Nelson Bordello – atual Baixo Centro Cultural e os Blocos de Carnaval.

O Duelo de MC's surge em 2007 com um grupo de amigos que decidem promover a cultura Hip Hop nos espaços públicos de Belo Horizonte. A dinâmica funciona em torno da realização de duelos de rimas improvisadas na hora. Os primeiros duelos foram realizados na Praça da Estação, na calçada do Projeto Miguilim na época. No ano seguinte, com a necessidade de se abrigar da chuva, as batalhas migaram para o baixio do Viaduto Santa Tereza e estão lá desde então. O duelo de MC's é organizado pelo Coletivo Família de Rua (FdR), que é uma associação cultural sem fins lucrativos voltada para a divulgação da cultura Hip Hop, e acontece semanalmente, inicialmente as sextas a noite e atualmente aos domingos à tarde. O FdR organiza além das tradicionais batalhas de rima, também campeonatos de skate (Família de Rua Game of Skate) e batalhas de dança de rua (Dança de Rua). Podemos considerar que umas das primeiras manifestações culturais dos grupos que

hoje ocupam a região foi feita pelo FdR e eles tem grande relevância nas discussões de apropriação dos espaços urbanos de forma mais heterogênia.

É importante destacar, contudo, que além de importante meio de articulação das atividades realizadas no espaço, o coletivo Família de Rua assume, com o tempo, um também significativo papel político. Suas ações passaram a abarcar, além de questionamentos relativos à cultura, importantes debates sobre a livre apropriação dos espaços públicos da cidade de maneira geral. Quanto à temática cultural, o grupo fazia frente, tanto por meio de debates, quanto da própria organização colaborativa das atividades mencionadas, à falta de interesse do poder público em financiar projetos voltados para a cultura de rua. A questão do território, por sua vez, além de permear os versos improvisados pelos Mc's durante os Duelos, ganhava corpo por meio de lutas concretas emplacadas pelo grupo junto à Prefeitura. (BRUZZI, 2015, p.120 e 121)

Figura 17: Duelo de MC's



Fonte: Portal Uai

O Bar Nelson Bordello surgiu em 2010 no encontro da Rua Aarão Reis com o baixo do Viaduto Santa Tereza. A inspiração do local foram os bordéis que existiam, e ainda existem, na região no Baixo Centro a partir nos anos de 1920. E logo se tornou referência na cena underground da cidade. Seu público era formado em sua maioria por jovens interessados em música alternativa. Uma característica importante do espaço é a forma de ocupação que aconteciam as sextas à noite, como o duelo de

MC's acontecia embaixo do viaduto, a calçada em frente ao bar era ponto de confluência entre seu próprio público e o que frequentava o duelo.

com o espaço da rua, a interação de fato era intensa. O público, mesmo se formado sobretudo por pessoas ligadas à cena alternativa da cidade (público diverso, por exemplo, daquele que frequentava os bares populares do Edifício Central), ultrapassava em muito os limites do local, contribuindo para a consolidação da calçada a ele lindeira (o "Portello") como espaço de realização de experimentações e encontro de tribos diversas. Além de presente nessa intensa relação com a rua, o caráter experimental, ou em última instância *resistente* do espaço (BRUZZI, 2015, p.138)

O Nelson Bordello não está mais em funcionamento, foi fechado em 2014 e em seu lugar surgiu o Baixo Centro Cultural que tinha a mesma dinâmica de funcionamento de seu antecessor, mas em abril de 2017 também encerrou suas atividades. Mas é importante ressaltar a sua importância na reocupação da região do Baixo Centro de BH.

Figura 18: Bar Nelson Bordello



Fonte: SouBH

O Movimento Praia da Estação surge em janeiro de 2010 depois de um decreto, do então prefeito Marcio Lacerda, onde ele proíbe eventos de qualquer natureza na Praça da Estação.

Essa medida causou indignação, considerando que o espaço anos antes tinha passado por reformas para a realização de eventos e principalmente por se tratar de um espaço de uso público, símbolo da democracia⁷. Assim grupos ligados às artes e aos movimentos sociais decidiram criar o movimento Praça Livre, que transformava a árida esplanada da Praça Rui Barbosa em uma praia. As pessoas foram vestidas em trajes de banho e levaram objetos que são comumente encontrados nas praias brasileiras. A PBH mandou desligar as fontes, mas isso não foi impedimento para os mineiros terem sua própria praia, já que e através de “vaquinha” um caminhão pipa chegou na Praça da Estação e assim surgiu um dos movimentos mais famosos de ocupação do espaço público na cidade o Praia da Estação. Esses “*eventos de qualquer natureza*” aconteceram durante todo o verão de 2010 e a cada fim de semana a praça ficava mais cheia de banhistas, tudo organizado via redes sociais.

Assim, fruto de uma mobilização realizada sobretudo via internet, o ato ocorreu no sábado, dia 16 de janeiro de 2010. Na ocasião, cerca de trezentos manifestantes-banhistas, munidos de guarda-sol, caixas de isopor, cangas e cadeiras de praia, ocuparam o árido espaço da praça sob as águas de um caminhão-pipa, acionado em resposta ao não funcionamento das fontes existentes no local. Ao “anti-cenário” assim montado, somavam-se vendedores ambulantes, ciclistas e uma roda de samba improvisada. Manifestação? Protesto? Intervenção? “Onda” disforme, o ato era algo ainda sem nome. Frente a ele, mesmo prontos para o bloqueio, os policiais hesitavam. Ora, seria a praia um “evento”? A dificuldade para o seu enquadramento no repertório simbólico dos guardas parecia ser a arma (de todas, a mais potente) contra a própria condição de vigilância. (BRUZZI, 2015, p.126)

Os encontros na Praça da Estação iam além do caráter lúdico, muito foi discutido sobre apropriação do espaço urbano pelos cidadãos, e com a grande repercussão da Praia da Estação a PBH decidiu formar uma comissão para rever o decreto de proibição de eventos na praça, mas vale ressaltar que tal comissão não tinha nenhum membro da sociedade civil e as normas que a PBH criou eram de se condicionar o uso da praça apenas quando fosse feito o fechamento desta e mediante

⁷ A praça (Ágora) é um símbolo da democracia desde a Grécia Antiga, por se tratar de um espaço onde os assuntos do Estado (Poli) eram discutidos. Sendo assim a praça representa um espaço de discussão, logo de democracia.

pagamento de taxas para os eventos , sendo criada uma portaria que revogou o decreto.⁸

Figura 19: Praia da Estação



Fonte: WordPress - Praça Livre BH

A Praia da Estação foi retratada nos meios de comunicação de forma a descaracterizar o movimento de resistência, sendo tratada meramente como um grupo de jovens “descolados” que transforma a praça em praia. Tal reportagem foi vinculada na Revista Encontro e comparava a região da Praça da Estação com a Lapa, região boemia carioca. A Praia da Estação foi agente de várias discussões que iam além do decerto de proibição do uso da praça, ela trouxe pra si discussões sobre as ocupações urbanas, situação de violência no Aglomerado da Serra e as mudanças que vieram a ocorrer no carnaval de BH.

Foi em 2009 o início da mudança do carnaval em Belo Horizonte, pode-se dizer que até aquele ano o carnaval belo-horizontino era feito apenas por blocos tradicionais de carnaval, com o surgimento de novos blocos independentes. Mas foi em 2010 que o carnaval toma fôlego e tem uma considerável expansão com o surgimento de blocos,

⁸ A portaria 02/2010 da Secretária de Administração Regional Centro-Sul.

que hoje são considerados os maiores do carnaval da cidade, como o Então Brilha e o Praia da Estação. Esses blocos são importantes articuladores dos carnavais futuros da cidade. Um fato interessante do renascimento do carnaval na capital mineira é que ele surge como forma de protesto pela insatisfação de uma parcela da população com a gestão do prefeito Marcio Lacerda.

as contínuas medidas de cerceamento do direito à livre ocupação da área – expressas pela perseguição da Prefeitura a pipoqueiros, vendedores ambulantes, artesãos nômades, moradores de rua, rappers, grafiteiros; e pelo próprio decreto que deu origem à Praia da Estação – acabam por configurar, além de tema dos movimentos culturais ali surgidos, pauta também do carnaval. A festa carnavalesca torna-se, assim, em grande medida, uma expansão da tentativa destes movimentos de promover, por meio da festa, formas mais democráticas de apropriação dos espaços públicos da cidade

Figura 20: Carnaval de BH



Fonte: BHZ

São muitos os movimentos que ocupam ou ocuparam a região do Baixo Centro de BH, todos eles importantes para a desaceleração de um processo de gentrificação que pode acontecer na região caso o projeto do Corredor Cultural da Praça da Estação seja implementado da forma que foi proposto, sem que os agentes diversos e distintos, que ocupam a região sejam considerados.

4. RUA SAPUCAÍ

Após a conceituação, de forma mais ampla, das ações, políticas e dinâmicas socioespaciais encontradas na região da Praça da Estação, é proposta desta pesquisa identificar se esses processos acontecem na Rua Sapucaí. Mas antes, para um melhor entendimento do espaço, objeto de estudo desse trabalho, segue um breve histórico da via analisada. O recorte temporal desse trabalho se estabelece entre os anos de 2012 a 2018, nesse período foi identificado uma grande mudança de uso e ocupação na Rua Sapucaí.

4.1. Breve histórico da Rua Sapucaí

A Rua Sapucaí está localizada logo acima da Praça da Estação, dentro do perímetro da Av. do Contorno, situada entre dois conjuntos arquitetônicos tombados, conforme a descrição:

rua Sapucaí, no bairro Floresta, em Belo Horizonte, situada entre dois Conjuntos Urbanos tombados: “Conjunto Urbano da av. Assis Chateaubriand e adjacências”, tombado à nível municipal em 1998 e “Conjunto Urbano da Praça Rui Barbosa (Praça da Estação), tombado à nível estadual e municipal em 1998 (MORAIS. 2016. p.12)

A proximidade com a Praça da Estação teve grande influência em sua ocupação inicial, conhecida por Alto da Estação, ela abrigava os operários que vieram para a construção da cidade e as parcelas menos abastadas da população. Segundo a cartilha produzida pelo Arquivo Público de Belo Horizonte (2008), até a década de 1920 o poder público municipal evitava ao máximo as ocupações irregulares dentro do perímetro urbano, ou seja, dentro da área da Av. do Contorno, e em 1902, aproximadamente trezentas famílias foram retiradas da Favela Alto da Estação. Essa população foi transferida para onde hoje estão localizados os Bairros Santa Efigênia e São Lucas. Essas ações demonstram que a ocupação da cidade não aconteceu da forma planejada, pois a área urbana foi pouco adensada em seus primeiros anos e o entorno crescente.

Os casarões da Rua Sapucaí, segundo Morais (2016), ficaram abandonados por mais de 20 anos, até começarem gradualmente a ser ocupados, em processo recente. A autora ainda cita que os primeiros movimentos a chamarem a atenção para a via foram temporários, como a ocupação por coletivos ou eventos, como é o caso do carnaval.

Através de ações de micropolítica de alguns coletivos da cidade, várias intervenções urbanas foram ocorrendo, primeiro na própria rua, chamando atenção para a paisagem urbana, (especialmente pela localização da rua, que está logo acima da Praça da Estação) com ações de ocupação e lazer temporárias, blocos de carnaval etc e, posteriormente, as edificações foram ganhando novos usos comerciais e de serviços, como restaurantes, bares, escritórios e locais de entretenimento com exibição de filmes, workshops de qualificação profissional etc (MORAIS. 2016. P. 12)

A partir do ano de 2012 a Rua Sapucaí sofre uma grande mudança, com abertura de diversos estabelecimentos e momentos com o fechamento da via para realização de eventos. Antes considerada um vazio urbano edificado, por ser um espaço de estacionamento e local de passagem - ligação entre o bairro Floresta e a Praça da Estação, o espaço estava degradado. Nos últimos seis anos essa situação vem mudando gradativamente, vários estabelecimentos estão se instalando na região, assim como o estímulo de eventos e novos usos, atualmente a Rua Sapucaí é considerada um polo cultural e gastronômico de Belo Horizonte.

4.2. Os agentes urbanos que atuam na Rua Sapucaí

O espaço urbano é produzido a partir de diferentes agentes sociais. Para Custódio (2016), esses agentes são responsáveis por realizar ações que influenciam o processo de construção das cidades. Já o espaço urbano, ainda segundo a autora, pode ser analisado como a construção concreta da cidade. Para ela são quatro principais agentes que compõe esse espaço:

os agentes principais que criam formas urbanas são: a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, b) os proprietários fundiários, c) os promotores imobiliários, d) o Estado, e) os grupos sociais excluídos. (CUSTÓDIO. 2016. p. 02)

A autora ainda explica, que os proprietários dos meios de produção e os fundiários são aqueles que buscam retirar o máximo de lucro da terra urbana. Já os promotores imobiliários têm desempenho mais ativo no espaço urbano e são entendidos como:

“um conjunto de agentes que realizam, parcial ou totalmente, as seguintes operações:” a) incorporação, b) financiamento, c) estudos técnicos, d) construção ou produção física do imóvel, comercialização ou transformação. (CUSTÓDIO. 2016. p. 03)

O Poder Público, segundo ela, desempenha funções mutáveis e atua na organização espacial das cidades.

já o Estado tem atuação “complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte integrante. Ele teria múltiplos papéis: a) o estabelecimento do marco jurídico; b) a taxação da propriedade fundiária, das edificações, do uso da terra e das atividades produtivas; c) a produção das condições gerais de produção para os outros agentes; d) o controle do mercado fundiário; e) tornar-se produtor imobiliário; e f) tornar-se produtor industrial. (CUSTÓDIO, 2016. p. 03)

Para Corrêa, os grupos sociais excluídos, também agentes, são aqueles que não possuem condições financeiras para pagar por uma habitação digna, seja o aluguel ou a compra do imóvel.

Para Melchior (2014), a valorização dos espaços urbanos está diretamente ligada a segregação nas cidades, salientando as desigualdades sociais. Ela explica, que essas diferenças são mais acentuadas a partir do momento que fica a cargo do setor imobiliário o financiamento do espaço urbano.

Diante desses conceitos, nesse trabalho, entende-se como proprietários dos meios de produção e fundiários as construtoras e o mercado imobiliário, que têm interesse mercadológico nesse espaço da cidade. Os agentes que, atualmente, tem interferido de forma mais ativa nessa região, são os proprietários ou locatários das áreas comerciais, os donos de bares e restaurantes que se instalaram na via nos últimos anos e interferiram significativamente na apropriação da área.

Os grupos sociais excluídos são entendidos como os cidadãos que de alguma forma se sentem inibidos de utilizar o espaço público da Rua Sapucaí. O Estado, é representado pelo poder municipal, que ajuda na promoção dessa segregação, seja

de forma direta -através do financiamento de eventos no espaço público- ou de forma indireta, na produção de legislação que beneficia apenas uma parte da população, como é o caso do Projeto Nova BH. E, por fim, entende-se que os donos dos meios de produção e fundiários, as construtoras, têm especial interesse nesse espaço caso o Projeto Nova BH seja aprovado.

4.3. As dinâmicas socioespaciais da Rua Sapucaí

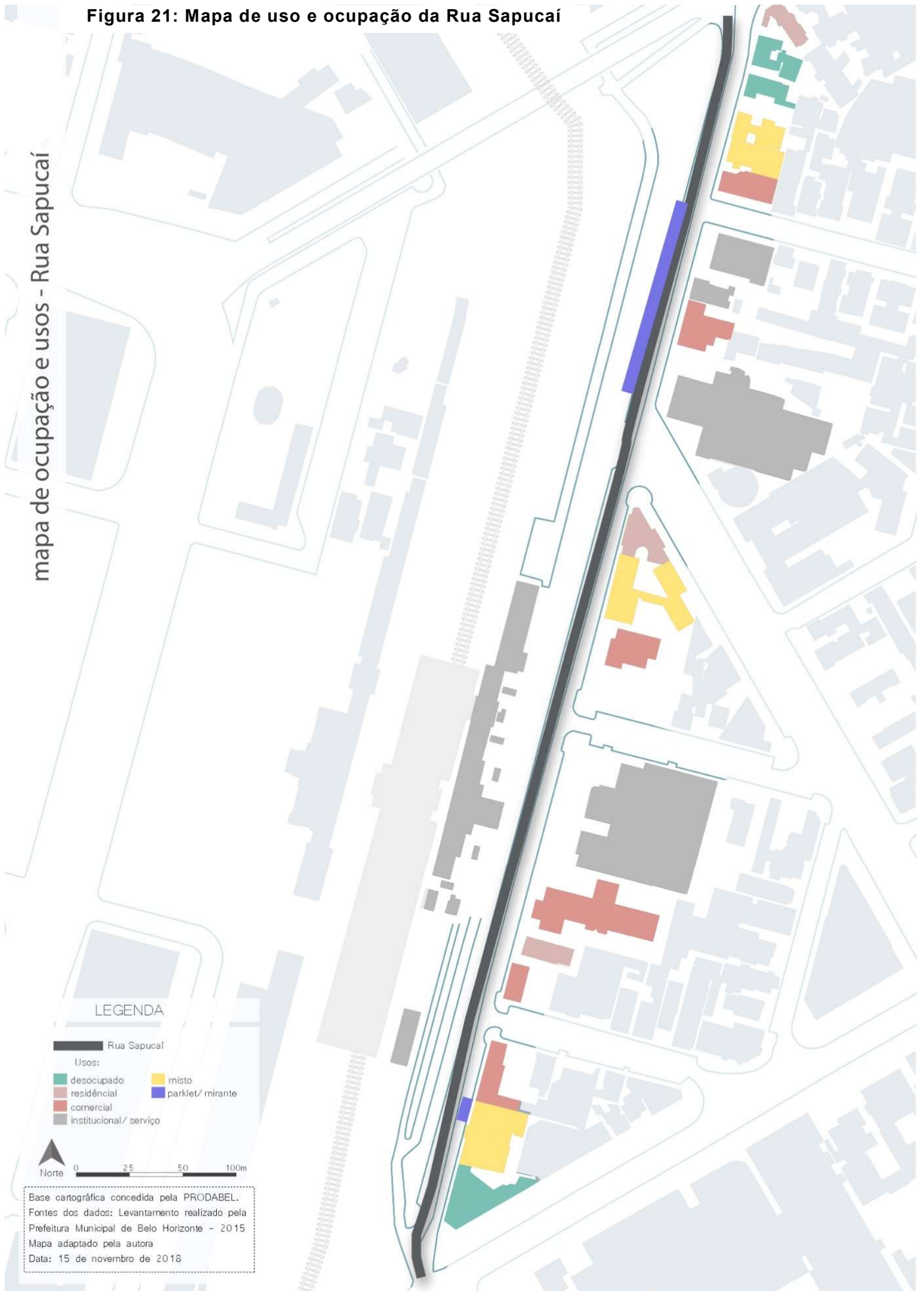
Após identificar e conceituar algumas das dinâmicas socioespaciais na região da Praça da Estação é necessário analisar se as dinâmicas que ocorrem na Rua Sapucaí são análogas a elas.

Uma das ações percebidas pela autora, durante pesquisa de campo empreendida, foram os processos de requalificação, reocupação e revitalização que ocorreram na região da Praça da Estação e também podem ser percebidos na Rua Sapucaí. Enquanto na Praça da Estação ocorreram obras de revitalização para o espaço físico da praça, como as melhorias feitas na década de 2000, financiadas pelo poder público, na Rua Sapucaí não houve intervenção em sua estrutura de uso público. Contudo, o que foi percebido é que em ambos os espaços houveram, fruto da iniciativa privada, obras para melhorias de edificações. Exemplo dessa ação é a reforma de um dos casarões da Sapucaí que teve suas obras de restauração concluídas e hoje funciona como a sede do Instituto Cultural Flávio Gutierrez, dono do acervo do MAO.

O único imóvel da rua que ainda preserva as características originais do século XIX é tombado e foi adquirido pela presidente do Instituto Flávio Gutierrez, a empresária mineira Ângela Gutierrez. Uma parceria com o projeto Valor Social, que forma jovens carentes para o trabalho de assistentes de restauração, recuperou vários espaços. Detalhes antigos das calhas foram feitos sob demanda. O piso do jardim teve de ser refeito em Sete Lagoas, na região Central do Estado, para conservar as características originais, enquanto a cerâmica com o desenho da época foi recuperada. Ângela, que já é responsável pelo acervo do Museu de Artes e Ofícios na Praça da Estação, diz ter encontrado uma história rica na propriedade. Pinturas originais foram redescobertas por trás de grossas camadas de tinta na fachada do segundo andar. “É uma verdadeira joia. À medida que a restauração andava, íamos encontrando uma preciosidade diferente, os detalhes, uma maravilha”. (PATRICK, 2016)

Porém os processos de reocupação e requalificação, que consistem consecutivamente, em novas ocupações e novos usos, são percebidos em ambas as áreas. Na Rua Sapucaí, influenciada principalmente, pela abertura de novos estabelecimentos – bares e restaurantes – esse espaço, antes considerado degradado, hoje é considerado um polo cultural e gastronômico. Como demonstra o mapa de usos da via.

Figura 21: Mapa de uso e ocupação da Rua Sapucaí



Como já mencionado, esse tipo de intervenção altera as dinâmicas do espaço e muitas vezes é um fator determinante para iniciar o processo de gentrificação. O que foi percebido na Rua Sapucaí foi que essas ações não alteraram muito a paisagem, mas elas mudaram o uso de alguns edifícios o que estimulou a utilização do espaço por pessoas que antes não o frequentavam aquela área.

A especulação imobiliária que se caracteriza, no caso da Rua Sapucaí e da Região do Baixo Cento, pela ausência de investimentos do poder público nessas regiões, o que as transformou em áreas consideradas degradadas. Por, geralmente, possuírem boa infraestrutura e serem espaços relevantes historicamente, a falta de investimentos nas regiões centrais as tornam locais de passagem e/ou de comércio popular, mas como dito pelo poder público municipal durante a apresentação do Projeto Corredor Cultural da Praça da Estação, ambas as áreas são consideradas reservas estratégicas. O que leva a concluir que o poder público, apoiado pela iniciativa privada, propositalmente deixou de investir nessas duas áreas e assim gerou um processo de especulação.

O que difere a Região da Praça da Estação da Rua Sapucaí é que os investimentos na primeira começaram a ocorrer no final da década de 1990 e o projeto de a tornar um corredor cultural só foi apresentado quase vinte anos depois. Já na Rua Sapucaí não houve, pelo poder público, nenhum investimento em melhoria da estrutura da via, o que houve foi, por parte da iniciativa privada, investimento nas edificações para se adequarem a mudança de usos.

Como explicado, o processo da Rua Sapucaí, é mais recente. As mudanças da Praça da Estação ocorrem por quase duas décadas até a PBH anunciar o projeto de um corredor cultural para a área. Na Rua Sapucaí esse processo tem acontecido de forma mais dinâmica e em poucos anos já se fala na instalação de um corredor cultural na via.

Nesta quinta-feira (29/11), às 13h30, no plenário Helvécio Arantes, a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana realizará audiência pública com finalidade de questionar a transformação da rua Sapucaí, localizada no bairro Floresta, em corredor de eventos permanentes

Como consequência das ações e políticas descritas há um processo de gentrificação em curso. Como já explicado, existem dois tipos de gentrificação a residencial, que não será abordada aqui uma vez que lidamos com um processo

recente, e a gentrificação de consumo, que foi identificada em ambos os espaços (região da Praça da Estação e Rua Sapucaí). Esse processo se caracteriza por transformar a cultura local em mercadoria em função da demanda de consumo do capital.

Como já mencionado, a partir de 2012 surgem, de forma gradativa, novos estabelecimentos na Rua Sapucaí. O proprietário do primeiro estabelecimento a se instalar na região, explicou em uma reportagem de 2016 (ver citação da página 12), que tudo começou com uma ida ao Nelson Bordello, espaço cultural de relevância na região do Baixo Centro. A proximidade física da via com a região da Praça da Estação pode ser um dos fatores que levaram ao processo de mudanças de uso e ocupação da Rua Sapucaí, uma vez que a Praça da Estação já estava consolidada como zona cultural da cidade. Outro fator a ser considerado é a intenção do poder público e da iniciativa privada de investirem na Rua Sapucaí (ver projeto Corredor Cultural da Praça da Estação, capítulo 3.5).

A partir de 2016 esse espaço começa a se transformar por completo, com consolidação desses estabelecimentos e realização de eventos na rua. Esses estabelecimentos e eventos, ao contrário dos encontrados e ocorridos na Praça da Estação, não são direcionados a um público variado e sim a uma parcela da sociedade, o que aponta para a gentrificação de consumo. Outro fator a ser levado em consideração, ao se analisar, esses estabelecimentos e os eventos ocorridos na Rua Sapucaí em relação aos da Praça da Estação, é o caráter deles, quando na primeira eles são, principalmente, organizados pela iniciativa privada, na segunda eles, muitas vezes, tem como fomento lutas políticas e de livre ocupação dos espaços públicos.

4.4. Os eventos na Rua Sapucaí

A financeirização do espaço urbano é fruto de políticas neoliberais, que atrelam ao capital à urbanização causando um aumento dos projetos de requalificação pontuais nas cidades, essas ações atendem aos interesses do capital. As mudanças são influenciadas em função do mercado e do consumo, como por exemplo o entretenimento cultural. Isso leva a um espaço mais segregador, no caso da Rua Sapucaí, a cenografia criada pra os eventos e valor dos produtos vendidos ali, por

exemplo, cria a atmosfera de que esse espaço é exclusivo e acaba por atrair uma parcela da sociedade que antes não utilizava essa área da cidade.

Para se entender a influência do processo de financeirização e de seus agentes no espaço urbano da Rua Sapucaí nos últimos seis anos, foi feita a análise dos principais eventos que aconteceram ali. Apesar de não ter havido, ainda, a instalação de grandes equipamentos na Rua Sapucaí, como aconteceu na região da Praça da Estação, houveram instalações temporárias para a realização de eventos o que ajudou no processo de financeirização da via. Uma vez que, muitos desses eventos, criam um espaço excludente.

Como já foi mencionada, a rua foi alçada ao *status* de polo cultural e gastronômico e tem se tornado um espaço para a promoção de eventos de médio e grande porte. Muitos desses eventos ocupam o espaço público, e fazem a interdição parcial ou total da via para o fluxo de veículos, como mostra a linha do tempo abaixo.

Figura 22: Linha do tempo - Rua Sapucaí

LINHA DO TEMPO EVENTOS SAPUCAÍ

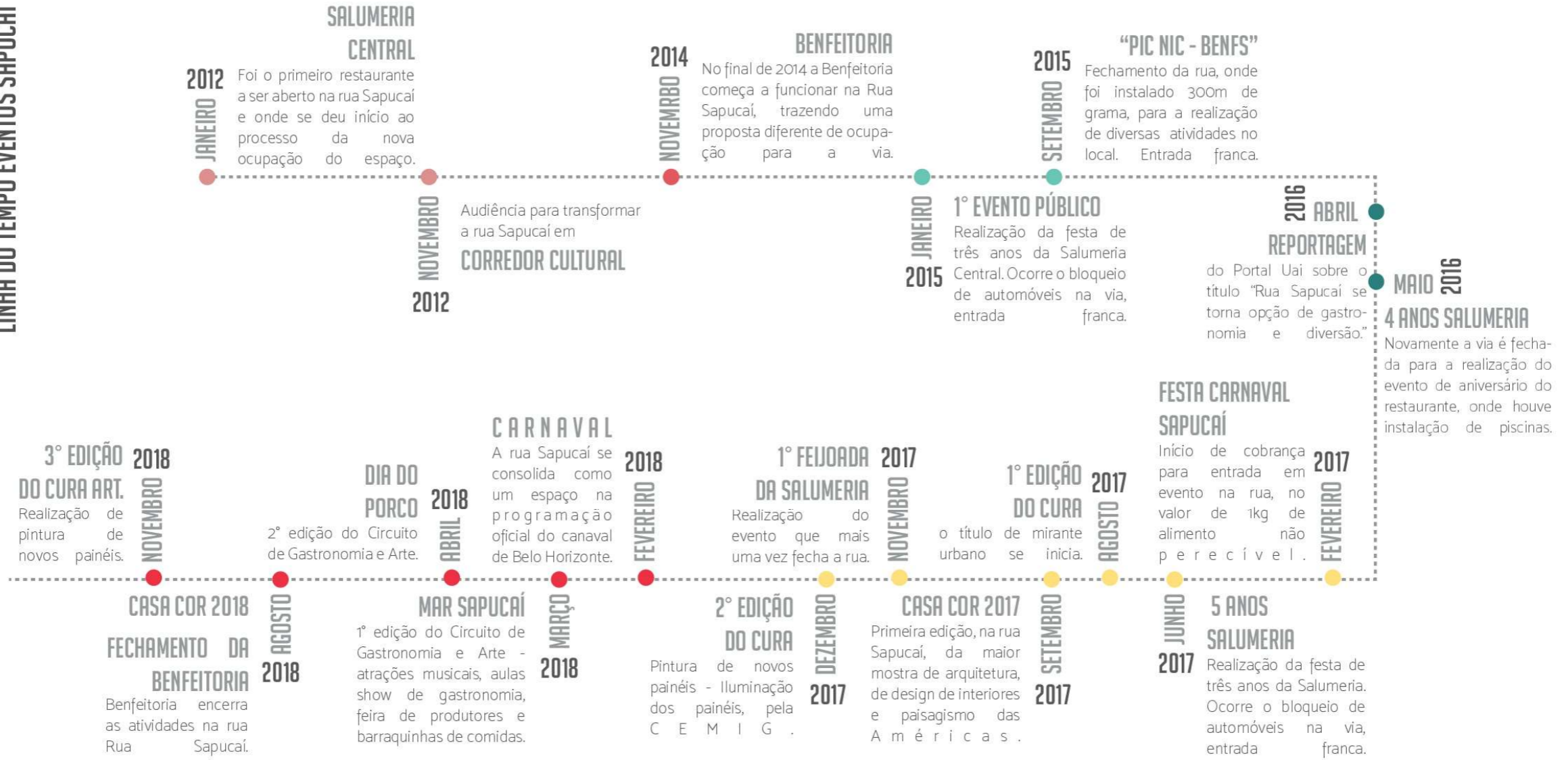


Imagem XX: Realização do Pic Nic da Benfeitoria, setembro de 2015.
 Fonte: Facebook Benfeitoria
<https://www.facebook.com/abenfeitoria/photos/a.882726891812618/882727341812573/?type=3&theater>
 Acesso em: 16/11/2018.



Imagem XX: Aniversário de 4 anos, Salumeria Central
 Fonte: Facebook Salumeria Central
<https://www.facebook.com/salumeriacentral/photos/a.1059808614089070/1059815964088335/?type=3&theater>
 Acesso em: 16/11/2018.



Imagem XX: Rua fechada para evento.
 Fonte: Facebook Salumeria Central
https://www.facebook.com/pg/salumeriacentral/photos/?tab=album&album_id=153884845348109
 Acesso em: 16/11/2018.



Imagem XX: Apropriação da rua Sapucaí, pelo evento Cura Art.
 Fonte: Facebook Cura
<https://www.facebook.com/curafestival/photos/a.1315218731928974/1353341348116712/?type=3&theater>
 Acesso em: 16/11/2018.



Imagem XX: Apropriação da rua Sapucaí, pelo evento Cura Art.
 Fonte: Facebook Cura
<https://www.facebook.com/curafestival/photos/a.1315218731928974/1353341031450077/?type=3&theater>
 Acesso em: 16/11/2018.



Imagem XX: Realização da Casa Cor no casarão localizado na rua Sapucaí.
 Fonte: Facebook Casa Cor
<https://www.facebook.com/casacorminas/photos/a.1565524196801477/1565526603467903/?type=3&theater>
 Acesso em: 16/11/2018.

Ao se fazer a análise da linha tempo, pode-se observar que há um aumento gradativo dos eventos que ocorrem na Rua Sapucaí a partir de 2015. Esse ano tem grande relevância para a análise do processo de financeirização do espaço urbano da Rua Sapucaí, porque foi quando se iniciaram os eventos de grande porte na via. Esses eventos, em sua grande maioria, são patrocinados pela iniciativa privada com apoio do poder público – os estabelecimentos que se instalaram ali. Eles fazem uso do espaço público na rua como uma extensão, criando instalações permanentes, como é o caso de *parklets*, ou temporárias, como as cenografias feitas com a temática de cada evento.

Essas instalações temporárias, como já mencionado, criam um cenário (ver Fig. 22 e 23), como é o caso da Festa do Porco, organizada pela Salumeria Central, que teve sua primeira edição em 2015 e vem se repetindo anualmente.

Figura 23: Festa do Porco 2016



Fonte: Facebook da Salumeria Central

Um evento que foi um marco para a via foi o Pic-Nic da Benfs, primeiro evento de grande porte na Rua Sapucaí e fez parte da programação da Virada Cultural de BH. Esse evento é de grande relevância, porque é a primeira vez que a Rua Sapucaí participa da programação oficial da Virada Cultural – um dos maiores eventos do tipo na cidade. O PIC-NIC da Benfs também foi organizado

por um dos estabelecimentos, a Benfeitoria, vale ressaltar que a virada é um evento planejado pelas Secretaria e Fundação Municipal de Cultura.

Vai ter Sapucaí fechada, grama, sombra, música, teatro, picolé e comidinhas! A Virada Cultural 2015 tá chegando e a Benfs não podia ficar de fora! No domingo a Rua Sapucaí vai tá fechada, e a Benfs ocupa o quarteirão ali da frente com grama pra todo mundo se jogar, aproveitar o dia e recuperar a energia. Esteiras e ombrelones espalhados pra vocês curtirem a vista sossegados e protegidos do sol! Se tiver quente, a gente promete até um banho de mangueira, tá? (Facebook da Benfeitoria,

Nesse evento, segundo os organizadores, foram instalados 300m² de grama na via, colocadas cadeiras de praia e ombrelones. Essas transformações espaciais ocorrem também em vários outros eventos e criam um espaço segregador. Ao se fazer a instalação de um cenário para criar a ideia de espaço exclusivo, aquela área acaba atraindo um público que antes não frequentaria a Rua Sapucaí e inibe as pessoas que normalmente já ocupariam. O Pic Nic da

Figura 24: Pic Nic da Benfs



Fonte: Facebook da Benfeitoria

Benfs foi um dos eventos que mais trouxe visibilidade para a via, e ela passou a

ser tratada em varias reportagens dos meios de comunicação local, o que influenciou diretamente no aumento de público na Rua Sapucaí.

A grande maioria desses eventos é gratuita e costumam ser patrocinados pelos estabelecimentos que se instalaram ali nos últimos anos, mas apesar de não haver cobrança de ingressos, o que se identifica é um público pouco diverso. Isso também pode ser explicado pelos preços praticados pelos estabelecimentos.

Mas foi em 2017 com outro grande evento que a Rua Sapucaí alcançou definitivamente o título de polo cultural, O CURA que, segundo os organizadores, cria na Rua Sapucaí o primeiro mirante de arte urbana do mundo.

O Circuito Urbano de Arte – CURA, segundo o site do evento, trata-se do primeiro festival de pinturas em empenas de BH. Atualmente em sua terceira edição, o CURA é patrocinado pelas iniciativas pública e privada. A escolha da Rua Sapucaí não foi ao acaso, como ela já vinha se estabelecendo como polo cultural e tem uma vista privilegiada para a região da Praça da Estação, onde a maioria dos painéis foram instalados, ela foi eleita pelo organizadores para criar uma espécie de mirante e se tornar um ponto turístico da cidade.

É o primeiro festival de pintura em empenas de Belo Horizonte. Em sua primeira edição em agosto de 2017 o festival realizou a pintura em 4 prédios e dois muros, um localizado na rua Sapucaí e outro dentro da Estação Central do Metrô. Em sua edição especial em homenagem aos 120 anos de Belo Horizonte, o festival pintou 2 prédios. Todos os prédios pintados podem ser vistos da rua Sapucaí, transformando a rua no primeiro mirante de arte urbana do mundo. O Circuito Urbano de Arte deixa como legado para a capital mineira o primeiro Mirante de Arte Urbana do mundo. Não existe registro de outro festival em que o público possa acompanhar ao vivo, de um só ponto, a feitura das obras. É esse o presente que deixamos pra cidade: um ponto turístico pioneiro, onde o público poderá frequentar ao longo de todo o ano, na varanda pública mais charmosa da cidade. (CURA- ART. 2017)

Assim como os eventos organizados pelos estabelecimentos que se instalaram na Rua Sapucaí, o CURA também cria uma cenografia que dá a ideia de espaço exclusivo na via e essa fica parcialmente interdita para o fluxo de veículos. Esse tipo de evento, patrocinado também com dinheiro público, e que transforma a caixa viária da via em uma área exclusiva trás para a Rua Sapucaí a vivacidade esperada pela iniciativa privada, logo ela se torna interessante para investimentos.

Esses eventos transformam o espaço da via, e eles contrastam com os ocorridos na Região da Praça da Estação. Enquanto os eventos ocorridos na Região da Praça da Estação, tem cunho político e uma grande diversidade de público na Rua Sapucaí a situação vista é diferente, com eventos voltado para as classes mais altas.

Outro evento que se destaca é a CASA COR – MINAS GERAIS, trata-se, segundo os organizadores, da maior mostra de arquitetura, decoração e *design* do estado de Minas Gerais. Essa mostra, ao contrário dos demais eventos, não tem sua entrada gratuita. A mostra por si só já atrai um público das camadas mais altas da sociedade. Esse evento tinha como prática se instalar anualmente em pontos diferentes da cidade, mas em geral, a CASA COR sempre esteve em bairros nobres, o que chama a atenção a escolha da Rua Sapucaí por dois anos consecutivos.

Em sua 24ª edição, a **CASACOR Minas** ocorrerá novamente dentro do Conjunto Arquitetônico da Praça da Estação, a matriz da extinta Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, na capital do estado. O prédio, que está intimamente ligado à história de Belo Horizonte, é tombado e vem sendo restaurado pelo IPHAN para abrigar o futuro Museu Ferroviário. “Estamos muito felizes em poder contribuir para o resgate histórico desse belíssimo imóvel, que está fechado há vários anos, e também por voltarmos a levantar uma reflexão sobre o hipercentro da capital”, comenta Eduardo Faleiro, que comanda a mostra mineira ao lado de João e Juliana Grillo.

Apesar do evento não ter utilizado, em sua edição de 2017, o espaço da via para nenhuma instalação, em sua edição 2018 ela fez um *parklet* logo em frente ao edifício.

Parklet - Sinnema Arquitetura (Haiko Sinnema e Daniel Sinnema). Neste ponto de encontro, o banco em madeira reserva entradas USB para carregar aparelhos eletrônicos. No piso, a malha estrutural de vigas em aço metalon foi revestida por gradeado em aço - um recurso que se repete no guarda corpo. O resultado é uma estrutura leve, que agiliza o transporte e é replicável.

Os *parklets*, apesar de não serem necessariamente eventos, são outra forma que esses estabelecimentos encontraram para ocupar o espaço público.

Atualmente existem três instalações desse caráter na Rua Sapucaí, todas produzidas pela iniciativa privada, que nesse caso, configura-se pelos bares e restaurantes. Os *parklet* funcionam como uma extensão desses estabelecimentos.

A partir de pesquisa de campo, observa-se que esses eventos se caracterizam pela grande apropriação do espaço público e apesar de não serem, em sua grande maioria, cobrados, é perceptível que o público que frequenta esse espaço tem alto poder aquisitivo. Essa situação pode se justificar em função do preço das bebidas e alimentos ofertados ali e/ou também em da criação de uma cenografia que acaba inibindo as classes mais populares de frequentar esse espaço público.

Outro fato que se destaca é que esse público tem dias e horários para frequentar a Rua Sapucaí. A partir da pesquisa de campo, pode-se perceber que o cotidiano da via continua, ela ainda é um vazio urbano edificado, por funcionar basicamente como estacionamento e local de passagem.

Então, o que influencia diretamente a mudança que ocorre na rua são os novos estabelecimentos e os eventos, são eles também responsáveis por um processo de expulsão de uma parcela da sociedade desse espaço.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer desse trabalho foi possível perceber como a Rua Sapucaí tem sofrido mudanças de uso e ocupação nos últimos anos e como essas dinâmicas são influenciadas pelos processos que aconteceram na região da Praça da Estação. Essas transformações, fruto de investimentos das iniciativas pública e privada, foram feitas por se tratar de um espaço da cidade com grandes potencialidades, especialmente nas áreas de cultura e lazer, e ser composta de boa infraestrutura urbana.

Com essa pesquisa busca-se entender quais são as dinâmicas socioespaciais encontradas na região da Praça da Estação que também estão presentes na Rua Sapucaí. Esse capítulo tem como objetivo ressaltar os resultados da pesquisa bibliográfica e de campo produzidas durante esse trabalho, analisando tópicos importantes como o processo de gentrificação de consumo, financeirização do espaço urbano e os eventos que ocorrem na Rua Sapucaí nos últimos seis anos.

Desse modo foi possível perceber, através de leitura e observação, como a instalação de novos estabelecimentos na Rua Sapucaí tem contribuído para que processos de segregação ocorram nesse espaço da cidade e que apesar das mudanças identificadas a via continua mantendo seu caráter de espaço de passagem. A proximidade física da Rua Sapucaí da Praça da Estação é outro fator a ser considerado, com a instalação de diversos equipamentos culturais no entorno da praça e a ocupação desta por vários movimentos culturais a Rua Sapucaí ganhou um novo significado para a cidade.

Mas o que levou a Rua Sapucaí ao status de polo cultural e gastronômico foi o surgimento de diversos bares e restaurantes. Esses estabelecimentos realizam eventos, que transformam a via em uma extensão deles, e criam uma atmosfera de exclusividade que acaba por excluir uma parcela da sociedade.

Entretanto, por se tratar de um tema que possui pouco material publicado no âmbito da arquitetura e do urbanismo, fica difícil fechar conclusões sobre esse estudo. Mas, esse trabalho pode acrescentar a discussões e problematização

sobre a Rua Sapucaí. De fato, a Rua Sapucaí está consolidada como um polo cultural e gastronômico e vem caminhando para se tornar um importante ponto turístico da cidade, mas esse processo é muito recente para que alguma conclusão definitiva seja tomada.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Michele Abreu. **Reabilitação urbana integrada e a centralidade da Praça da Estação**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

BEZERRA, Aline; CHAVES, César. **Revitalização Urbana: Entendendo o processo de requalificação da paisagem**. REVISTA DO CEDS, 2014.

BRUZZI, Paula. **A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte: entre rastros e emergências**. Belo Horizonte: Editora da Escola de Arquitetura da UFMG, 2015.

CARDOSO, Isabel; SILVA, Caroline. **A dinâmica capitalista da operação urbana consorciada do Porto do Rio: flexibilização da legislação urbana, apropriação privada do fundo público e financeirização da terra**. JUIZ DE FORA, 2013.

CONTI, Eliana; FARIA, Teresa; TIMÓTEO, Geraldo. **Os vazios urbanos versus a função social da sociedade: o papel do plano diretor da cidade de Campos dos Goytacazes**. RIO DE JANEIRO, 2014.

DUARTE, Ronaldo Goulart. **O processo de reabilitação e renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro e suas perspectivas**. Scripta Nova – Revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Universidad de Barcelona, v. IX, n. 199(44), ago. 2005

FRADE, Ana Maria Nagem. **A legislação urbana e a ocupação de Belo Horizonte de 1897 a 2010: o conjunto urbanístico da Praça da Liberdade**. BELO Horizonte (2011)

GIFFONI, Iomara. **Belo Horizonte: da cidade planejada ao planejamento da cidade. Turismo na Praça da Estação**. Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, 2010.

GIRÃO, Eduardo. **Rua Sapucaí se torna opção de gastronomia e diversão**. Disponível em: <

<https://www.uai.com.br/app/noticia/gastronomia/2016/04/29/noticias-gastronomia,179404/rua-sapucaai-se-torna-opcao-de-gastronomia-e-diversao.shtml>> Acesso em: 21/11/2017)

JAYME, Juliana; TREVISAN, Eveline. **Intervenções Urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte**. PORTO ALEGRE (agosto de 2012)

JAYME, Juliana Gonzaga. **Cidade e Espaço Público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte**. Caderno CRH, SALVADOR, 2010

LE MOS, Celina. **Antigas e novas centralidades: a experiência da cultura do consumo no centro tradicional de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora da Escola de Arquitetura da UFMG, 2010.

LIRA, Sara. Corredor Cultural para salvar a Praça da Estação. Disponível em: <
https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/06/11/interna_gerais,402806/corredor-cultural-para-salvar-a-praca-da-estacao.shtml > Acesso em: 20/12/2017.

SILVA, Vânia da. **A financeirização na produção do espaço urbano**. Belo Horizonte, 2016

MARTINS, Isabela Braga. **Intervenções Urbanas no centro de Belo Horizonte: Reabilitação que promove gentrificação?**. PERÚ, 2013

HARVEY, David. **Do administrativíssimo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio**. Em: HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. Edimburgo, 1989

SABOYA, Renato. **O que é especulação imobiliária?** Disponível em: <
http://www.ufjf.br/pa8/files/2015/03/7B1_ESPECULA%C3%87%C3%83O-IMOBILI%C3%81RIA.pdf> Acesso em: 10/11/2018)

VICECONTI, Paulo Eduardo V. **O Processo de industrialização brasileira**. Rio de Janeiro, 1977.

AGUIAR, Christopher Rezende Guerra. **Operação Urbana Consorciada**. São Paulo: Revista Direito Mackenzie, 2011.

FASTOFSKI, Daniela Chiarello. **Análise da operação urbana consorciada em Belo Horizonte, Antônio Carlos e Pedro I + Leste/Oeste**. Caxias do Sul, 2017.

MORAIS, Camila S. **Paisagens urbanas do abandono como uma possível experiência estética: o caso da Rua Sapucaí, em Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2016.

MACEDO, Marina Michel de. **Operação Urbana Consorciada: uma alternativa para a urbanificação das cidades**. Curitiba, 2007.

CUSTÓDIO, Vanderli. **Agentes produtores do espaço urbano e dos sistemas de espaços livres: uma metodologia**. Salvador, 2016.

MELCHIORS, Lúcia C. **Agentes produtores do espaço urbano e a questão da habitação**. Gravataí, 2014.

PATRICK, Igor. **RESTAURAÇÃO DE SOBRADO DA RUA SAPUCAÍ É MAIS UM PRESENTE PARA A MEMÓRIA DE BELO HORIZONTE**. Disponível em: < <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/restaura%C3%A7%C3%A3o-de-sobrado-da-rua-sapuca%C3%AD-%C3%A9-mais-um-presente-para-a-mem%C3%B3ria-de-belo-horizonte-1.423683> > Acesso em: 01/11/2018.